



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA**

ADRIANA AMARAL FLORES SALLES

O FENÔMENO “SUJEITO DUPLO” NO PB

Londrina
2004

ADRIANA AMARAL FLORES SALLES

O FENÔMENO “SUJEITO DUPLO” NO PB

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, em Sintaxe, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sonia Maria. L. Cyrino.

Londrina

2004

ADRIANA AMARAL FLORES SALLES

O FENÔMENO “SUJEITO DUPLO” NO PB

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, em Sintaxe, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Lazzarini Cyrino
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Correia Ribeiro
Torres Morais
Universidade de São Paulo

Prof^a. Dr^a. Vanderci de Andrade Aguilera
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 20 de abril de 2004.

A Deus, aos meus pais, ao meu
esposo, aos meus filhos, à madrinha
(*in memoriam*), meus grandes
amigos, companheiros fiéis de todos
os momentos...

AGRADECIMENTOS

A Deus, que tem cuidado dos meus caminhos, tem-me orientado e abençoado, permitindo-me alcançar mais uma conquista.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Lazzarini Cyrino, pelo carinho e pela dedicação a mim dispensados, por seu profissionalismo e pela confiança em mim depositada.

Ao meu marido, grande incentivador, companheiro, amigo, que está sempre me apoiando.

Aos meus filhos, que foram compreensivos e souberam superar minha ausência durante essa jornada.

Aos meus pais, sempre dispostos a me ajudar a concretizar meus projetos.

Aos professores e colegas de Curso, cuja amizade foi muito importante nessa caminhada.

À professora Vanderci Aguilera, a quem devo o despertar de minha paixão por pesquisa de campo e estudos de variação lingüística.

Às pessoas entrevistadas, pela amabilidade com que me receberam e se dispuseram a colaborar para a realização deste trabalho.

À Cooperativa Coopavel, especialmente ao Prof. Antônio Augusto Putini e à Sr^a. Janete Maria Menin dos Santos, chefe do setor de recursos humanos , pelo apoio dado a esta pesquisadora.

Ao Colégio Marista de Cascavel, nas pessoas dos Diretores Sérgio e Valmir, pelo incentivo em todas as horas, e da assessora, Adriane Parizotto, por sua prestimosidade em todos os momentos.

Aos idosos do Grupo da Terceira Idade do SESC-Cascavel que gentilmente aceitaram conceder-me entrevista.

Aos funcionários do SESC-Cascavel que me auxiliaram durante as entrevistas realizadas naquele local.

A todos que de alguma maneira colaboraram para o término deste trabalho.

SALLES, Adriana Amaral Flores. *O fenômeno “sujeito duplo” no PB.2004*. 99.f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina.

RESUMO

Mudança na representação do sujeito pronominal, a perda da inversão livre do sujeito, as construções de tópico... são inúmeros estudos acerca das diferentes mudanças por que passa o português brasileiro (doravante PB). Alguns desses importantes estudos revelaram a existência de sujeitos duplicados, que estariam condicionados lingüisticamente e seriam conseqüência de mudanças em processo no sistema do PB, como a predominância de sujeitos plenos e a perda do estatuto de língua *pro-drop*. A duplicação do sujeito tem sido apresentada em diversos estudos, contudo, na maior parte das vezes, como um item de um trabalho maior sobre outro tema. Com isso muitas dúvidas têm surgido acerca dessa estrutura, também chamada de deslocamento à esquerda. Não se tem um consenso, por exemplo, quanto à sua caracterização, os fatores que condicionam sua presença no PB, nem sua origem. Este trabalho tem por base o arcabouço teórico da Sintaxe Paramétrica e uma pesquisa em tempo aparente, com que pretende estudar mais profundamente a duplicação do sujeito no PB, visando: a) definir adequadamente tópico e sujeito; b) caracterizar o fenômeno sujeito duplo; c) observar— por meio da análise de 2.400 sentenças da fala de 120 informantes — seus contextos condicionadores; d) analisar estudo indicador da origem do sujeito duplo.

Palavras-chave: Sujeito duplo. Deslocamento à esquerda de sujeito. Tópico. Sentença. PB.

SALLES, Adriana Amaral Flores. *O fenômeno “sujeito duplo” no PB*. 2004, 99. f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina.

ABSTRACT

Changes in the representation of the pronominal subject, loss of free subject-inversion, constructions of topic... there are several studies about the different changes Brazilian Portuguese (BP) undergoes. Some of these important studies show the existence of double subjects that would be linguistically licensed and would be the consequence of changes in progress in BP, like the predominance of full subjects and the loss of the status of *pro-drop* language. The duplication of the subject has been presented in many studies; most of the time it has been appeared as an item of a broader work another topic. As a result, many doubts have appeared about structure, which has been called “left-dislocation”, and more recently, “double subject”. There isn’t a consensus about its characterization, the factors that license its presence in BP or even about its origin. This paper has Parametric Syntax as a theoretical framework. It’s a research in apparent time, with which we intend to study the double subject in the BP more deeply, aiming at: a) defining topic and subject correctly; b) characterizing the left-dislocated phenomena; c) observing — through the analysis of 2.400 speaking sentences of 120 informants — its conditioning contexts; d) analyzing the indicator study of the double-subject origin.

Key-words: Double-subject. Left-dislocated of subject. Topic. Sentence. PB.

LISTA DE ABREVIATURAS

CT	Construção de Tópico
D.E.	Deslocamento à esquerda
D.E.Ob.Dir.	Deslocamento à esquerda de objeto direto
D.E.Ob.Obl.	Deslocamento à esquerda de objeto oblíquo
D.E.Suj.	Deslocamento à esquerda de sujeito
DS	Sujeito duplo
HMI	Hipótese de Mapeamento Implicacional
HR	Hierarquia da Referencialidade
NP	Sintagma nominal (<i>Noun Phrase</i>)
PB	Português brasileiro
PE	Português europeu
PL	Pronome lexical
PR	Peso relativo
Sp	(Língua) com proeminência de sujeito
SV	Sentença Sujeito+ Verbo
Tp	Tópico
VS	Sentença Verbo + Sujeito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 O TÓPICO E O SUJEITO	17
2.1 Características que distinguem o Tópico do Sujeito	18
2.2 Considerações acerca de Tópico e Sujeito	23
3 UMA TIPOLOGIA PARA O PB: ESTUDOS RECENTES	25
3.1 Tópico e Sujeito no Japonês e no PB	25
3.2 PB: Uma Língua <i>Pro-Drop</i>	27
3.2.1 O parâmetro nulo no PB	28
3.3 PB: Uma Língua voltada para o Discurso	31
4 O DUPLO SUJEITO	35
4.1 Construções de Tópico	35
4.1.1 Anacoluto	35
4.1.2 Deslocamentos	36
4.1.3 Topicalizações	37
4.1.4 Tópicos-sujeito	37
4.2 A Caracterização do DS	38
4.3 Da origem do DS	43
4.4 O DS e o Português Quatrocentista	45
4.5 Restrições ao uso do DS	46
4.6 Juízo Tético e Juízo Categórico	48
4.7 A Categoria Pronome	50
5 METODOLOGIA	56
5.1 A Coleta de Dados e a Transcrição	58
5.2 Quanto à Pausa e à Entonação	59
5.3 As Variáveis	60

6 ANÁLISE DOS DADOS	65
6.1 Análise Unidimensional – Grupo mais favorável	71
6.2 Quanto ao contexto	74
6.3.DS e flexão de pessoa	75
6.4 Tipo de sentença	78
6.5 Tipo de representação do DS	80
6.6 Variáveis sociolingüísticas	82
6.7 Outras observações	85
6.8 Sentenças com DS não codificadas	86
6.9 Quanto à semelhança com o português quatrocentista	87
CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

Diferentes estudos têm observado que mudanças paramétricas¹ são cada vez mais constantes nas línguas naturais, estabelecendo marcas distintivas entre elas. Formalistas, sob orientação chomskyana e sociolingüistas, ligados à Sociolingüística Paramétrica² tentam, por exemplo, compreender as motivações da variação do sujeito no Português Brasileiro (doravante PB) e determinar se já há uma mudança paramétrica peremptória, ou se apenas em curso.

Segundo Duarte (2003, p.125), uma “evidência do encaixamento da mudança em direção aos sujeitos pronominais preenchidos é a ocorrência de sujeitos deslocados à esquerda”, estrutura que vem sendo citada em vários de seus trabalhos. Nesta pesquisa, porém, essa construção não será apenas citada, mas analisada, e será chamada sujeito duplo (doravante DS)³. O DS é mais do que um exemplo de preenchimento de sujeito, é a duplicação desse preenchimento. De acordo ainda com Duarte (1995), é uma estrutura a qual não ocorre em línguas *pro-drop*, confirmando, assim, sua tese de que o PB perdeu o Princípio Evite-Pronome.

A autora, em pesquisa recente (DUARTE, 2003), na qual trabalhou a mudança em tempo real⁴ por meio de estudos de painel e de tendência⁵, aponta

¹ Entende-se por “mudanças paramétricas” aquelas ligadas aos parâmetros, ou seja, ao conjunto de regras que distinguem uma língua das outras.

² Também chamada de Sociolingüística da Variação, “tem como um dos seus principais axiomas o de que as línguas humanas estão em constante mudança, que se propaga de forma gradativa e implica períodos mais ou menos longos de variação em diversos eixos sociais.” (PAIVA & DUARTE, 2003)

³ Torres Morais (2002) e Kato (2003a,b) chamam de “duplo sujeito”.

⁴ Conforme Paiva & Duarte (2003, p.16), estudo em tempo real é “a observação da comunidade de fala através do tempo”, ou seja, é um estudo diacrônico de mudança num tempo de curta duração (mais ou menos 15 anos) e subdivide-se em estudo de painel e estudo de tendência. Já o estudo da mudança em tempo aparente se baseia no pressuposto de que diferenças lingüísticas entre gerações podem indicar progressões diacrônicas, isto é, o estágio da língua é refletido nas diferenças lingüísticas de cada geração, reveladas em estudo sincrônico, já que não compara dados de diferentes épocas.

uma lentidão no progresso da mudança no PB em direção ao sujeito pronominal preenchido e ao DS, o que, segundo ela, sugere estabilidade.

Embora estudos diacrônicos (TARALLO, 1983; DUARTE, 1993) apontem uma trajetória de mudança no português do Brasil em direção ao sujeito pronominal preenchido, os resultados dos dois estudos — Painel e Tendência — mostram certa estabilidade no comportamento do indivíduo e da comunidade, no que se refere a esse processo nos últimos 19 anos. O curto espaço de tempo que separa a gravação das amostras analisadas é certamente o responsável por tal estabilidade. (DUARTE, 2003, p.127)

Este estudo parte do pressuposto de que essa estabilidade poderá se confirmar ao analisarem-se os dados da linguagem falada dos moradores de Cascavel, já que a presença de DS em sentenças no PB avaliza as pesquisas sobre o preenchimento do sujeito.

Alguns fatores sintático-discursivos serão analisados, portanto, visando esclarecer algumas lacunas que os estudos feitos até então não deram conta de preencher porque, diferentemente deste trabalho, não apresentam o DS como o objeto central de pesquisa.

Retomando diversos estudos sobre variação da representação do sujeito no PB, com ênfase nas construções com DS, são observadas diferentes caracterizações para o DS. Pretende-se, ao final da exposição de tais estudos, definir adequadamente o DS, tomando-se por base os diversos estudos de Kato arrolados neste trabalho.

No capítulo 1, tendo em vista a construção da definição de DS, são apresentados o tópico e o sujeito — componentes do DS — e respectivas

⁵ O estudo de painel compara amostras de fala dos mesmos falantes, ou informantes, em diferentes pontos do tempo; já o estudo do tipo tendência é feito pela comparação de amostras, selecionadas aleatoriamente, da mesma comunidade de fala, estratificadas consoante os mesmos parâmetros sociais, em dois momentos do tempo. (cf. PAIVA & DUARTE, 2003, p.17).

características, segundo vários estudos a respeito, sendo estes contrapostos e analisados.

No capítulo 2, faz-se uma revisão de estudos que sugerem uma tipologia para o PB, considerando-se o preenchimento do sujeito e o DS. Inicia-se com a comparação entre o japonês e o PB, feita por Kato (1989) num trabalho que busca semelhanças e diferenças entre as duas línguas, objetivando-se verificar se pertencem à mesma tipologia. O capítulo segue com a análise da tese de Duarte (1995), a qual investigou a perda do Princípio Evite Pronome pelo PB, razão a que atribui o surgimento do DS e finaliza com Negrão (1999), que, em sua Tese de Livre-Docência, analisa o PB, destacando as construções com DS como caracterizadoras das línguas voltadas para o discurso. Esta pesquisa não pretende chegar a uma tipologia para o PB, considerando-se que os vários trabalhos sobre a questão demonstram que o PB apresenta características de diferentes tipos de língua, sugerindo-se, então, um período a que se pode chamar de transição por que passa o idioma.

O terceiro capítulo é dedicado ao DS. Para tanto, inicia-se com um pequeno estudo sobre as Construções de Tópico (doravante CTs), segundo o trabalho de Vasco (1999), que indica como numerosa a presença dessas construções — entre elas, o DS — no PB.

O DS é, então, analisado quanto à sua caracterização, origem e motivação. Vários estudos fundamentam essa análise: o de Moraes de Castilho

(2001), que acredita ser o DS sinal da manutenção do português quatrocentista, o de Kato (2003b), que trabalha a categoria pronome e define os pronomes formadores do DS como fortes e fracos, e de Britto (2000), em cujo estudo são discutidos os juízos categórico e tético. Da mesma forma, os estudos de Pontes (1987), Kato (1989), Kuroda (1976)⁶, Torres Morais (2002) contribuem para uma adequada definição do DS.

O capítulo reúne, na verdade, trechos de estudos, dos quais uma parte fora dedicada ao DS. Como nenhum deles trata especificamente da duplicação do sujeito, ao final do capítulo, objetiva-se analisar as afirmações apresentadas, refutando algumas e concordando com outras, a fim de que se tenha uma ampla definição da estrutura estudada, a qual, não obstante seja uma evidência de mudança lingüística, não tem sido analisada mais profundamente.

Em seguida, apresenta-se a metodologia usada na pesquisa, que envolve dados da fala de 120 informantes, 5 de cada grupo de variáveis sociolingüísticas (ver Tarallo, 2001), a saber: sexo, nível de escolaridade e idade. Para a análise, selecionaram-se, ainda, 10 grupos de fatores sintáticos, que, somados aos 3 sociolingüísticos, perfazem um total de 13 grupos de variáveis. Os dados, codificados e estratificados pelo VARBRUL 2001, são analisados, segundo seleção sistemática do programa, o qual processa os dados, indicando peso relativo

e fatores mais relevantes. Essas variantes foram escolhidas tendo-se por base estudos de Tarallo (1989) e Paiva; Duarte (2003), que orientam quanto ao encaminhamento que o lingüista deve seguir ao iniciar uma pesquisa de campo, como é o caso deste trabalho. Espera-se, com as variantes selecionadas, ser possível comprovar as hipóteses deste trabalho, identificar os ambientes sintáticos e fatores sociolingüísticos mais favorecedores do DS, além de apresentar várias das sentenças produzidas com DS e produzir uma análise das mesmas.

Por fim, no quinto capítulo, a análise do *corpus*, com 2.400 sentenças. Os pressupostos teóricos que dão sustentação a esta pesquisa e a análise dos dados buscam confirmar algumas hipóteses em relação ao DS:

a) Diversos estudos apresentados no capítulo 3 afirmam não haver restrições para a presença do DS em sentenças do PB. Espera-se que os dados confirmem tais afirmações, todavia considera-se também a possibilidade de o DS estar passando por um processo de reordenação de fatores condicionadores, fato comum num idioma com mudança em progresso.

b) Segundo Braga; Mollica (1986)⁷, construções com DS surgem preferencialmente em contextos explicativos. Esta pesquisa apresentará outros contextos favorecedores dessa construção. A hipótese é que no contexto narrativo, predominante no *corpus* a ser analisado, haja também favorecimento para o surgimento do DS.

⁶ Apud Britto, Helena. Syntactic codification of categorialmand thetic judgments in Brazilian Portuguese In: Kato, Mary A. & Negrão, Esmeralda V. (orgs) Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter. Frankfurt am Main, Vervuert. p. 195-222. 2000.

c) Embora os trabalhos de Pontes (1987), Vasco (1999) e Duarte (1995) revelem importantes informações acerca do DS, não especificam as diferentes estruturas do DS, dificultando, assim, uma melhor caracterização desse fenômeno lingüístico. Esta pesquisa identificará as formas como a duplicação do sujeito pode ser representada no PB, bem como averiguará a mais freqüente.

d) Levando-se em conta o fato de a duplicação do sujeito não ser aprovada pela chamada norma culta, ensinada nas escolas, considera-se a hipótese de o DS ser mais freqüente entre falantes de nível fundamental.

e) Finalmente, busca-se confirmar as afirmações de Britto (2000) a respeito dos juízos categórico e tético no PB: conforme a autora, o DS expressa juízo categórico e que sentenças SV são caracterizadoras de juízo tético.

⁷ Apud BRAGA, Maria Luiza. Esta dupla manifestação de sujeito, ela é condicionada lingüisticamente. Anais do 34º Seminário do GEL (Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo). Campinas, SP: 1987, pp. 106-115.

2 O TÓPICO E O SUJEITO

Neste capítulo, serão apresentadas algumas considerações acerca do que se conceitua como tópico e como sujeito, para que se compreenda, e se defina adequadamente, a caracterização do fenômeno lingüístico em questão neste trabalho. Isso porque, com base em trabalhos como os de Pontes (1987), Vasco (1999) e Duarte (1995), se pressupõe que o DS, que aqui é considerado um D.E., seja uma forma de CT.⁸

Vasco (1999) faz uma análise das CTs no PB e no PE, a partir de estudos sobre mudanças no sistema pronominal do PB. O trabalho permite a observação dos vários tipos de construções de tópico à luz da teoria lingüística e também da tradição gramatical, suas características sintáticas e informacionais, além de examinar a freqüência dos vários tipos de CTs no PB e no PE.

O autor descreve, logo na introdução de seu trabalho, as CTs quanto à Sintaxe e ao Discurso:

Sintaticamente, as CTs apresentam um sintagma nominal (SN) em posição inicial seguido de sentença-comentário havendo, eventualmente, pausa entre esse elemento e o comentário que se segue. Discursivamente, tais construções exercem importante função: o tópico atrai para si o foco de atenção do ouvinte determinando o tema sobre o qual se faz um comentário, elaborado em sentença com sujeito e predicado. (VASCO, 1999, introdução)

⁸ Essa posição é contrária à de Li & Thompson (1976), que excluem os deslocamentos à esquerda das CTs por esses terem vínculo sintático com algum elemento ou posição não preenchida no comentário. Para eles, DS é o mesmo que anacoluto, definição rejeitada neste trabalho, como se verá no próximo capítulo.

A partir do exposto, infere-se que o tópico é seguido de sujeito, que são dois elementos distintos. Porém o próprio trabalho de Vasco apresenta CTs que têm o mesmo elemento funcionando como tópico e sujeito simultaneamente, como no Tópico-sujeito (doravante TpS), que se verá mais adiante.

Este trabalho vai definir DS como deslocamento à esquerda do sujeito (doravante D.E.Suj.), pelas características estruturais deste, as quais serão descritas no próximo capítulo.

2.1 Características que Distinguem o Tópico do Sujeito

Vasco (1999), dentre as CTs, analisou o DS, a fim de verificar se o PB se enquadraria entre as línguas de tópico face à tradicional concepção de língua com proeminência do sujeito (doravante Sp). Para tanto, buscou distinguir tópico de sujeito, segundo a teoria de Li; Thompson (1976), que estabelece propriedades que diferenciam um elemento do outro:

a) O tópico é definido, representado por SNs definidos — nomes próprios, comuns e genéricos. Um elemento definido indica que o interlocutor já sabe e identifica o referente que o outro tem em mente.

(1) **A Avenida das Américas**, eles tão recapeando **ela** toda, né.
(exemplo 13 de VASCO, 1999, p.29)

De acordo ainda com Li; Thompson (1976), o sujeito, contrariamente, não é necessariamente definido.

(2) **Uns homens** tão recapeando a avenida. (exemplo nosso)

b) O tópico não depende do verbo, isto é, não tem relação sintática com qualquer verbo da seqüência lingüística⁹, portanto deste não depende a seleção daquele.

(3) Mas **as freiras hoje**, tudo mudou muito meu bem... (exemplo 16 de VASCO, 1999, p.29)

Já entre o sujeito e o verbo há sempre uma relação de predicação¹⁰ na sentença.

c) A transitividade verbal determina o sujeito, mas não o tópico. Por isso, é possível, pelo verbo (se acusativo, monoargumental...), prever o sujeito (agente ou paciente) de uma oração, o que não acontece com o tópico.

Essa hipótese já pode ser contestada, de acordo com o estudo de Negrão *et al* (2002). Ela apresenta um estudo sobre verbos monoargumentais, dos quais destaca as sentenças:

(4) a. A Lúcia cozinhou o feijão.

b. O feijão cozinha fácil.

c. O feijão já cozinhou.

d. O feijão não cozinha nunca.

e. * O feijão cozinha. (exemplo 54 de NEGRÃO *et al*, 2002, p. 105)

E explica que essas sentenças

mostram que certos verbos transitivos diretos, em determinados ambientes lingüísticos, podem ter uma realização sintática de verbo monoargumental, em que o sujeito desaparece e o objeto direto se realiza em posição pré-verbal. Os ambientes lingüísticos que possibilitam essa alternância envolvem, normalmente, a presença de

⁹ Entenda-se seqüência lingüística como sentença.

¹⁰ Predicação se diferencia de comentário na medida em que este é parte do enunciado que diz algo a respeito do tema, ou tópico, é o predicado, enquanto aquele se refere à particularidade de cada verbo no que diz respeito a aceitar ou não complementos.

um advérbio, como **fácil, já, não, bem**, entre outros. (NEGRÃO *et al*, 2002, p. 105, grifo nosso)

Sendo assim, para Negrão *et al*, a sentença **c**, por exemplo, apresenta um elemento topicalizado, o objeto direto “o feijão”. Isso foi definido, portanto, pelo verbo, opondo-se ao que Li & Thompson (1976) apregoaram.

d) Quanto ao papel funcional, os autores Li & Thompson (op. cit.) dizem que o tópico anuncia o tema do discurso, o que impossibilitaria a realização dessa estrutura com um tópico indefinido. Vasco contesta em parte essa propriedade, argumentando que o tópico não se realiza com um elemento indefinido com referente específico¹¹, mas ocorre sim com um elemento indefinido correspondente a referente genérico, como nos exemplos:

(5) **É, família**, realmente **família** eu não tenho lá muito contato ____ não. (exemplo 21 de VASCO, 1999, p. 31)

(6) “... **um apartamento com um banheiro só ele** já vale menos...”
(exemplo 22 de VASCO, 1999, p. 31)

O sujeito, em oposição, não possui obrigatoriamente um papel semântico na sentença, nem é reconhecido fora dos limites dela.

e) A posição inicial também distingue sujeito de tópico. Sabe-se que aquele pode ser pós-verbal, enquanto este apresenta-se sempre no início da sentença.

Li & Thompson (1976) indicam a posição inicial como característica obrigatória do tópico:

“The reason that the topic but not the subject must be in sentence-initial position may be understood in terms of discourse strategies. Since speech involves serialization of the information to be communicated, it makes sense that the topic, which represents the discourse theme, should be introduced first. The subject, being a

¹¹ Vasco usou o exemplo: * *A dog, I gave some food to {∅ / it / one} yesterday.*

more a sentence-oriented notion, need not receive any priority in the serialization process.” (Li & Thompson, apud Vasco, 1999, p. 32)¹²
 Kato (1989) explica que as características do tópico, conforme Li &

Thompson, correspondem às do sujeito anteposto, que é normalmente definido e concorda com o verbo. O posposto, diferentemente, é comumente indefinido e a concordância com o verbo é opcional:

(7) a. A carta existe.

b. *Uma carta existe.

(8) a. Dormiu uma moça neste quarto.

b. Dormiu a moça neste quarto. (NASCIMENTO apud KATO, 1989, p.115, exemplos 18 e 19)

(9) a. As cartas chegaram.

b. * As cartas chegou.

(10) a. Chegaram as cartas.

b. Chegou as cartas. (KATO, 1989, p.116, exemplos 20 e 21)

Contudo o trabalho de Vasco (1999), baseado em Li; Thompson (1976) afirma ser a concordância outro fator que diferencia tópico de sujeito; ressaltando que, enquanto a concordância do verbo com este é obrigatória, com aquele, ocorre raramente.

Seguindo esse raciocínio, portanto, não se consideraria, como tópico o sujeito anteposto, contrariamente ao exposto por Kato (1989, p. 117):

Assim, se uma língua dispõe de duas posições para o sujeito gramatical, a topicalidade pode ser atribuída ao sujeito anteposto

¹² “A razão por que o tópico e não o sujeito deve estar em posição inicial de sentença pode ser entendida em termos de estratégias discursivas. Como a fala envolve serialização das informações a serem comunicadas, há sentido em que o tópico, o qual representa o tema discursivo, deva ser introduzido primeiro. O sujeito, sendo um conceito mais ligado à orientação sentencial, não precisa receber prioridade no processo de serialização.”

gramatical, em oposição ao sujeito posposto, que não teria essa função, mas sim de foco da sentença, isto é, de parte do predicado.

Percebe-se uma incoerência na afirmação de Vasco, visto que o mesmo citou exemplos de topicalização de sujeito como CT, ou seja, considerou tópico e sujeito representados pelo mesmo elemento, tendo, ainda, o verbo concordando com o sujeito topicalizado, como no exemplo abaixo:

(11) “**A indústria brasileira**, ____ cresceu muito.” (exemplo 18, Vasco, 1999, p.98)

Além disso, Vasco desconsidera a possibilidade de uma sentença de variante informal, como:

(12) O pessoal chegaram. (exemplo nosso)

Nesse caso, entende-se que “o pessoal” é tanto sujeito como tópico, pois está no início da sentença e, como se verá na abordagem de Kato (2003), no próximo item, sujeito anteposto é igual a tópico. Quanto à concordância, os trabalhos de Galves (1996) e Duarte (1995) já indicaram ser fraca no PB, conseqüência de mudança pronominal no idioma.

Quanto ao papel funcional, o tópico sempre anuncia o tema do discurso enquanto o sujeito só o faz quando é tópico também (ver KATO, 2003a).

Outros estudos contribuíram com algumas considerações acerca do tópico. Pontes (1987) destaca a importância do tópico em português, a partir de dados da língua coloquial, os quais sugerem uma mudança na estrutura do PB, enquadrando-o não mais entre as línguas Sp, mas entre as línguas TpSp¹³

¹³ De acordo com Pontes (1987, p.11), que usou a tipologia de Li & Thompson (1979), as línguas seriam divididas em quatro tipos: línguas Sp (as indo-européias), línguas com proeminência de tópico (chinês, lahu), línguas TpSp (japonês) e línguas com proeminência de sujeito ou tópico (tagalog). Segundo Li & Tomphson (apud Vasco, 1999, p.32), o último tipo citado apresenta fusão de sujeito e tópico, não permitindo distinção na orientação sentencial.

(doravante línguas de tópico e sujeito), como o japonês. Essa hipótese seria reforçada algum tempo depois, pela freqüência de um dos fenômenos lingüísticos observados por ela em seu trabalho: o DS. Portanto o fato de o PB ser ou não uma língua de tópico deveria ser exaustivamente estudado (cf. CYRINO, 1998).

Dentre os autores que analisaram essa questão, Kato (1989), num trabalho que compara o estatuto categorial e funcional do sujeito e do tópico no japonês e no PB, verifica se realmente as duas línguas são do mesmo tipo. Para tanto, a autora descreve o parâmetro¹⁴ que assemelha tais línguas, buscando intravisiões que a observação de apenas uma delas não permitiria. O trabalho da autora é *parte de um projeto maior sobre a “Ordem dos Constituintes no Português do Brasil”* (KATO, 1989, p.111) e contribui muito para os estudos sobre a definição de uma tipologia para o PB na medida em que evoca reflexões acerca de tópico e sujeito e a identificação destes na língua. Esse estudo será apresentado no próximo capítulo.

2.2. Considerações Acerca de Tópico e Sujeito

A partir do exposto, percebe-se que muitos estudos têm sido feitos a respeito do tópico e do sujeito, não obstante alguns ainda apresentarem definições divergentes.

¹³ Importante ressaltar que não há divergências apenas quanto à descrição do fenômeno DS. Segundo Kato (2003c), “não há consenso sobre a própria noção de parâmetro e o que detona sua fixação”.

Enquanto Li & Thompson (1976) afirmam que a transitividade verbal determina o sujeito e não o tópico, Negrão *et al* (2002) sugere que o ambiente lingüístico provoca muitas vezes alternância entre o sujeito e o tópico, como no caso de verbos transitivos diretos que assumem um caráter de monoargumentais e definem o tópico (nessa situação, o objeto topicalizado).

A respeito da concordância, apresentada por Vasco (1999) como característica obrigatória do sujeito e não necessariamente do tópico, o trabalho de Kato (1989) e os próprios exemplos de T.Suj. apresentados por Vasco (*op. cit.*, pp. 112-114), revelam uma outra conclusão: o verbo pode concordar com o tópico, e o sujeito pode ser topicalizado. Quando isto ocorre, o sujeito assume todas as características do tópico, conseqüentemente.

Entende-se que a diferença mais marcante entre tópico e sujeito, dentre as apresentadas nos vários estudos, está na posição de cada um na sentença: o primeiro, obrigatoriamente no início da seqüência lingüística¹⁵; o segundo, só quando for também tópico, de acordo com Kato (1989), em cujos estudos se baseia este trabalho para fundamentar suas hipóteses.

Por fim, os estudos indicam que tópico e sujeito podem ocupar a mesma posição e ser representados pelos mesmos elementos na sentença, ou seja, o sujeito anteposto seria também um tópico. Já o DS teria ambos na mesma sentença e na ordem: primeiro o tópico, depois o sujeito, como se verá no capítulo 3.

No próximo capítulo, serão apresentados alguns estudos sobre o estatuto do PB em relação à tipologia de línguas, visando evocar reflexões a respeito da presença do DS e sua importância na caracterização do idioma.

¹⁵ Observa-se que o tópico mantém-se na posição inicial porque tem uma função discursiva importante: é ele quem apresenta o tema do discurso, do comentário.

3 UMA TIPOLOGIA PARA O PB: ESTUDOS RECENTES

Língua de tópico, voltada para o discurso, língua *pro-drop*, de tópico e sujeito, língua Sp..., afinal, qual será a melhor denominação para o PB? Dentre essas tipologias, várias têm sido atribuídas ao PB, demonstração clara de que não há ainda um consenso entre os lingüistas.

O que se pretende, neste capítulo, não é encaixar o PB nesta ou naquela tipologia, mas apresentar alguns estudos a esse respeito e discutir algumas afirmações presentes neles.

3.1. Tópico e Sujeito no Japonês e no PB

Kato (1989) faz uma análise mais profunda desse tema, verificando afirmações de lingüistas que trabalham com o japonês a respeito de tópico e sujeito e comparando tais afirmações com o que se pode dizer do PB sobre o mesmo assunto.

Li; Thompson (1976), Kuno (1973)¹⁶ e Kuroda (1976, 1986)¹⁷ serviram de base no estudo de Kato (1989). Segundo a lingüista, para Li & Thompson e Kuno, o japonês tem duas categorias: o sujeito e o tópico, caracterizadas de formas distintas. Para eles, o tópico tem a função de estabelecer

¹⁶ Apud KATO, Mary A.. Tópico e sujeito: duas categorias na sintaxe? In: *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Vol. 17. Campinas, SP: 1989, pp. 109-131.

¹⁶ Ibidem.

um quadro de referência, com uma predicação verdadeira, enquanto o sujeito apresenta uma perspectiva da ação ou do evento em relação ao verbo. Para Kato, entretanto, isso não é confirmado, já que o tópico, com essa função, estaria sempre em posição inicial, e, no japonês, essa posição não é obrigatória.

(1) Gakko-e boku-**wa** kinco ite-timashita. (exemplo 13 de KATO, 1989, p.113)

Para a escola eu-**top** ontem fui.

Segundo a autora, ainda, o tópico é sempre temático, enquanto,

na teoria atual, o sujeito é uma posição não-temática, o que significa que ele não precisa ser preenchido por elementos que tenham papel temático selecionado pelo verbo. Não sendo uma posição temática, a posição sujeito pode ser ocupada por categorias vazias ou por pronomes expletivos. Nada impede, portanto, de o sujeito ser ocupado por itens lexicais que não tenham papel semântico associado ao verbo.

Podemos dizer então que a teoria chomskyana atual prevê os tipos de preenchimento de sujeito possíveis nas línguas naturais, através da postulação de que sujeito é uma posição não-temática (ou não necessariamente temática). (KATO, 1989, p.113)

O português e o japonês são comparáveis a esse respeito, já que, quanto ao sujeito não-temático se parametrizam, diferentemente do inglês e do francês:

(2) a. O Atsui. [quente = Está quente.]

b. O Está quente.

c. It is hot.

d. c'est chaud. (KATO, 1989, pp.113-114, exemplo 15)

Além disso, o estudo de Kato deixou claro que, enquanto o japonês dispõe de marcas morfológicas para marcar o sujeito e o tópico, distinguindo-os, o português tem duas posições para o sujeito gramatical: o anteposto, correspondente

ao tópico; o posposto, ao foco da sentença. O sujeito anteposto¹⁸ — tópico — é aquele que geralmente concorda com o verbo; o posposto — foco — privilegia a supressão dessa concordância, principalmente com verbos monoargumentais:

(3) Saiu **as notas de matemática**. [foco] (exemplo 22a de KATO, 1989, p. 116)

(4) **Minhas gavetas** não cabem mais nada¹⁹. [tópico] (exemplo 23a de KATO, 1989, p. 116)

Essas diferenças entre o japonês e o português revelam que elas não pertencem ao mesmo tipo de língua, não obstante tenham algumas semelhanças.

3.2. PB: Uma Língua *Pro-Drop*?

De acordo com Duarte (1995), que associou as perspectivas gerativista e sociolingüista²⁰ — com análise quantitativa laboviana —, o sistema do PB perdeu definitivamente as características de língua de sujeito nulo, decorrentes do Princípio Evite Pronome, sugerindo uma alteração no caráter do PB como língua *pro-drop*.

Para ratificar suas hipóteses — de perda do Princípio Evite Pronome e a conseqüente representação fonológica do sujeito —, Duarte analisa e explica o

¹⁸ Segundo Kato, “embora o lugar natural, em português, para o sujeito focal seja na posição pós-verbal, podemos também ter o artigo indefinido no sujeito anteposto para sinalizar que ele é focal.” (KATO, 1989, p.118)

¹⁹ Esse é um exemplo de tópico-sujeito, CT que será descrita na seção 3.1.4.

²⁰ É a chamada Sociolingüística Paramétrica.

paradigma do sistema de concordância rica, o qual licencia o sujeito nulo em línguas *pro-drop*. Para a autora:

Um paradigma é considerado morfologicamente uniforme se se constitui ou de formas derivadas (que podem incluir desinências de número, pessoa, tempo, modo, aspecto, etc., variando de língua para língua) ou de formas não derivadas (constituídas pelo radical apenas). A identificação do sujeito nulo se faria, no primeiro caso, por intermédio de Agr-Tense, que rege a categoria vazia, e, no segundo, pela correferência com um elemento nominal em posição A ou A' comandando o sujeito. Se, entretanto, um paradigma é misto, ou seja, apresenta formas morfologicamente complexas e formas simples, o sujeito nulo não é licenciado. (DUARTE, 1995, introdução)

Partindo para uma análise da fala espontânea no PE e de textos teatrais, cujas características se aproximam das da modalidade oral, no PB, Duarte verifica como se realiza o sujeito pronominal num sistema “flexionalmente rico”²¹, como é o caso das línguas *pro-drop*, e num sistema em que há redução dos paradigmas flexionais, casos do PE e do PB, respectivamente.

3.2.1. O Parâmetro Nulo do Sujeito no PE e no PB

Enquanto no PE, o sujeito nulo é a opção preferida em todas as pessoas do discurso, e o tipo sintático da oração (excetuando-se as orações relativas) não afeta a preferência pelo uso do sujeito nulo em todos os contextos sintáticos, no PB (cf. DUARTE, 1995) há preferência pelo uso da forma pronominal

²¹ Segundo Duarte (1995, p. 7), considera-se um sistema flexionalmente rico quando ele “utiliza as formas pronominais **tu** e **vós**, ao lado da segunda pessoa ‘indireta’, **você(s)**, **o(s) senhor(s)**. Tem-se, portanto, dois sincretismos representados pelo uso das formas de terceira pessoa do singular (com desinência zero) e de terceira pessoa do singular e plural, respectivamente.”

plena, relacionada com a redução dos paradigmas flexionais, sendo residuais os casos de sujeitos nulos identificados por concordância. Essa situação, em que há a constatação de alternância entre pronomes plenos e nulos no PB, sugere um período de transição de língua *pro-drop* para língua *não pro-drop*.

No caso do PB, o Parâmetro do Sujeito Nulo recebeu constantemente sucessivas contribuições que provocaram o questionamento do estatuto da categoria vazia sujeito, culminando em mudanças profundas no sistema. Formularam-se, então, hipóteses e, por meio de pesquisas diacrônicas (ver DUARTE, 1995), analisaram-se os condicionamentos lingüísticos ou estruturais que provocam o uso do sujeito nulo ou desfavorecem essa prática e observaram-se as conseqüências da simplificação nos paradigmas flexionais do PB.

Destacam-se, aqui, alguns resultados do trabalho de Duarte (1995) acerca do sujeito nulo no PE:

1. O sujeito nulo é a opção preferida em todas as pessoas do discurso. (DUARTE, 1995, p.8)
2. Exceto pelas orações relativas, o tipo sintático da oração não afeta o predomínio da opção pelo sujeito nulo. (DUARTE, 1995, p.11)
3. O traço [- animado] do referente de terceira pessoa é um importantíssimo condicionador ao uso do sujeito nulo. (DUARTE, 1995, p.15)
4. O uso do sujeito nulo não é fortemente condicionado pelos fatores idade e escolaridade. (DUARTE, 1995, p.16)

Duarte (1995) ressalta algumas propriedades das línguas românicas de sujeito nulo, observadas no espanhol e no italiano, das quais se destacam:

Se houver correferência entre o sujeito da encaixada e o de sua raiz, a preferência se dará pelo sujeito nulo.

(6) Então **tu** acreditas que **pro** ainda tenhas esses pruridos, tu também? (DUARTE, op. cit., p.13, exemplo 17)

Entretanto, quando não há correferência, predomina o sujeito pleno.

(7) **Os bombeiros** são geralmente poucos. Os montes muitas vezes não têm estradas que **eles** possam... onde **eles** possam facilmente acercar-se do fogo... (DUARTE, op. cit., p.14 exemplo 25)

A autora conclui que os casos de sujeito nulo no PB são residuais, indicando um processo de transição por que passaria o idioma, que estaria, então, deixando seu estatuto de língua *pro-drop* para incluir-se entre as não *pro-drop*, o que se observa facilmente pela alternância entre pronomes plenos e nulos no PB, característica que não se apresenta entre as línguas *pro-drop*. Para corroborar sua hipótese, a autora apresenta propriedades das línguas românicas de sujeito nulo, segundo estudos de Calabrese (1986)²² e Fernandes Soriano (1989)²³, em cujos trabalhos se revela uma complementaridade entre sujeitos pronominais nulos e expressos em italiano e espanhol, respectivamente.

De acordo com Calabrese (op. cit.), “o sujeito nulo é obrigatório quando o referente é esperado; o uso de um pronome pleno (tônico) em tal caso implica uma referência disjunta ou a inaceitabilidade da sentença”[...] (DUARTE, op. cit., p. 23):

(8) a. Quando **Carlo**_i ha pichiato **Antonio**_j **pro**_i / **lui**_j era ubriaco.

²² Apud DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *A perda do princípio “Evite Pronome” no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado. Unicamp, 1995.

²³ Idem.

b. **Mario_i**, si è spaventado dopo Che **pro_i/*lui_i** há visto quel film.

(CALABRESE, 1986, apud DUARTE op. cit., p.23, exemplo 37)

O autor (op. cit.) revela, ainda, que um pronome tônico pode preceder seu antecedente em encaixadas, exceto se estas forem adverbiais.

(9) a. Quando **pro_i/*lui_i** lavora, Gianni non beve.

b. Le persone che **lui_i** ha aiutato sono convinte che **Gianni_i** è una buona persona. (CALABRESE, 1986, apud DUARTE op. cit., p.23, exemplos 38 e 39, respectivamente)

3.3. PB: Uma Língua Voltada para o Discurso?

Em 1999, Negrão defendeu a tese de que o PB pode ser caracterizado como uma língua voltada para o discurso. Essa tipologia, segundo a autora, é atribuída a línguas que privilegiam a marcação de funções como o tópico do discurso ou foco, ou ainda, o escopo²⁴ de sintagmas quantificados. Essa tipologia fora proposta por Huang (1982, 1984)²⁵, o qual indica um parâmetro mais geral que simplificaria a divisão entre as línguas em dois tipos apenas: línguas voltadas para o

²⁴ Escopo, consoante a Teoria Gerativa, é definido a partir da estrutura hierárquica dos constituintes da S: o escopo de “a” é o conjunto de nós que “a” c-comanda em Forma Lógica; “a” c-comanda “b” se, e somente se o primeiro ramo de nós dominando “a” dominar “b” (e “a” não dominar “b”). No original: (i) *The scope of a is the set of nodes that a c-commands at LF;*(ii) *a c-commands b iff the first branching node dominating a dominates b (and a does not dominate b)*. (MAY, 1995:5, apud NEGRÃO, 2002, p.183)

²⁵ Apud NEGRÃO, Esmeralda V. *O Português Brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. Boletim ABRALIN. N° 25. UNESP : Araraquara, 2002, pp. 183 a 199.

discurso e línguas voltadas para a sentença. Aquelas teriam como elemento proeminente de suas sentenças o tópico; estas, o sujeito.

Negrão baseia-se nos estudos de Huang (op. cit.) para incluir o PB entre as línguas voltadas para o discurso. Segundo ela, no PB a predicação primária não obedece necessariamente ao Princípio de Projeção Estendida, tal como indicada na Teoria Gerativa.

A caracterização de línguas voltadas para o discurso foi proposta por Huang (1982, 1984) face à constatação de que não só línguas com um paradigma de marcas morfológicas verbais capazes de identificar as pessoas do discurso admitem categorias vazias na posição de sujeito de suas sentenças, mas categorias vazias são também possíveis em línguas que não possuem um sistema de flexão verbal rico e que, portanto, se utilizam de outros mecanismos para a identificação do conteúdo dessas categorias. (NEGRÃO, 2002, p.184)

A autora justifica a inserção do PB no parâmetro de língua voltada para o Discurso com as evidências empíricas do seu trabalho, as quais surgiram da análise que objetivava explicar a distribuição e a interpretação de diferentes tipos de sintagmas quantificados e da análise que explicava a estratégia utilizada pelo PB para extrair constituintes ocupando a posição de sujeito de sentenças encaixadas, especialmente a extração a partir de sentenças relativas, como no exemplo a seguir:

(10) a. Meu aluno encontrou alguns amigos.

b. Os amigos sabem falar inglês.

c. Os amigos₁ [que meu aluno₂ encontrou t₁] sabem falar inglês.

d. *[Que aluno₂] [os amigos₁ [que t₂ encontrout₁] sabem falar

inglês]]? (NEGRÃO, op. cit., p.195 exemplo 11)

E explica:

Embora seja extremamente difícil precisar a natureza da relação entre os eventos facilitadora da extração, parece possível afirmar que para que essa maior aceitabilidade ocorra, o evento que acaba correspondendo ao predicado da oração matriz em alguns casos parece suceder o evento expresso na relativa, em outros parece ser consequência do primeiro, em outros ainda, parece ser o evento capaz de fechar a predicação. (NEGRÃO, op. cit., p.195)

Negrão conclui que algum tipo de relação é necessária entre os eventos descritos pelas duas sentenças envolvidas (oração principal e oração relativa). Então, a extração para fora da relativa produz resultados agramaticais se os eventos das sentenças envolvidas forem independentes.

Essa análise deu suporte à afirmação de que no PB a relação de predicação primária pode se estabelecer numa posição mais alta do que IP na sintaxe aberta. Entretanto, as propriedades indicadas por Negrão para incluir o PB nessa tipologia de línguas não são as mesmas apresentadas para a inclusão do PE na mesma tipologia. A própria autora conclui que isso leva à constatação de que “uma maior precisão no estabelecimento desse parâmetro se faz necessária”.

Chega-se à conclusão, portanto, de que ainda não é possível encaixar o PB numa determinada tipologia, já que é uma língua que apresenta características que a enquadrariam tanto entre as línguas Tp, como entre as TpSp. O PB caracteriza-se ora como voltada para o discurso, ora como *pro-drop*. Talvez todos esses estudos indiquem que o PB estaria numa tipologia ainda não definida, a qual reúne um pouco de cada uma das já identificadas. Mas isso requer um estudo mais intenso, voltado tão somente a essa questão.

No próximo capítulo, serão abordados diversos estudos sobre o DS. Pretende-se, assim, não obstante já haja muita divergência entre os estudiosos no

que diz respeito à estrutura duplicada, caracterizar adequadamente o DS, definindo-o e identificando-o corretamente nos dados a serem analisados. Então serão apresentadas, aspirando-se a uma maior compreensão do DS²⁶, foco deste trabalho, e por serem freqüentes no PB, as CTs, estruturas típicas de línguas de Tp.

Em seguida, far-se-á uma breve exposição de estudos sobre a origem do DS, seguindo as hipóteses iniciais desta pesquisa.

²⁶ Entende-se o DS como um tipo de CT.

4 O SUJEITO DUPLO

4.1. Construções de Tópico

Conforme Moraes de Castilho (2001, p.61), as CTs são

constituintes movidos para a esquerda da sentença, sendo retomadas ou não em seu interior por alguma classe sintática, ou por um zero. O movimento para a direita também ocorre, embora com frequência menor, dando origem ao antitópico. (...) As funções de sujeito, objeto direto, objeto indireto e adjunto podem ser topicalizadas, deixando ou não preenchido seu *locus* original.

As CTs foram exaustivamente estudadas por Vasco (1999). Com base nesse estudo, serão apresentadas, a seguir, algumas considerações sobre CTs, para que se entenda melhor tais estruturas e se chegue a uma melhor definição do fenômeno DS.

Segundo o autor, são quatro as formas de CTs no PB: anacoluto, deslocamento, topicalização e tópico-sujeito.

4.1.1 Anacoluto

Essa CT não obedece a um modelo sintático definido e não apresenta correferência entre o tópico e o comentário, daí a falta de concordância

entre o tópico e o verbo da sentença. Nos casos de anacoluto em PB, o tópico pode ser representado por sintagma nominal ou pronome (demonstrativo ou pessoal).

(1) **Corrida de cavalo**, eu nunca fui ao Jockey Clube. (VASCO, op. cit., p.74, exemplo 2)

(2) **A escola**, você, é como se tivesse... (VASCO, op. cit, p. 75, exemplo 7, grifo nosso)

4.1.2. Deslocamentos

No PB, temos deslocamentos à esquerda de complementos — D.E.Ob.Dir. e de oblíquos (doravante D.E.Ob.Obl.) — e de sujeito, sendo este o chamado DS por Duarte (1995) e Torres Morais (2002).

(3) **A Avenida das Américas**, eles tão recapeando **ela** toda, né... (D.E.Ob.Dir.) (VASCO, op. cit.,p.29, exemplo 13)

(4) "... **esse casarão**, todo o madeirame **desse casarão** era de pinho-de-riga." (D.E.Ob.Obl.) (VASCO, op. cit.,p.91, exemplo 56)

(5) ... **a escola técnica**, **ela** dava formação técnica muito boa... (D.E.Suj.) (VASCO, op. cit.,p.79, exemplo 2)

De acordo com Vasco (1999, pp.79-80), no PE só há ocorrências de DS retomado por pronome lexical quando o tópico é expresso pelo mesmo pronome::

(6) ... **eu** portanto **eu** dizia... (VASCO, op. cit.,p.80, exemplo 8)

4.1.3. Topicalizações

De acordo com Raposo (1983, p. 33), a topicalização acontece quando um elemento é deslocado do início para o final da frase ou vice-versa. No caso do PB, observa-se uma certa freqüência da topicalização do sujeito (doravante Top.Suj.), que é uma estrutura em que tópico e sujeito são representados pelos mesmos elementos:

(7) **Pontualidade**, __ não é comigo. (VASCO, 1999.,p.101, exemplo 45)

Além do sujeito, os complementos também podem ser topicalizados:

(8) "...o fundamental eu tinha __ pra passar..." _ Top. Obj. Dir. (VASCO, op. cit.,p.107, exemplo 72)

Nos dados do *corpus* deste trabalho, é freqüente, também, a topicalização do objeto direto:

(9) ... **esta muié** eu também não conheço. ²⁷(MFa)

4.1.4. Tópicos-sujeito

²⁷ Exemplo retirado do *corpus* analisado numa investigação preliminar, que será apresentada no capítulo destinado à Metodologia. As letras MFa significam dados do informante: masculino, nível fundamental, entre 15 e 25 anos.

Essa CT se caracteriza pela ruptura sintática, isto é, a possibilidade de reconstituição de movimento não é natural. O elemento inicial parece ter função locativa, entretanto, falta-lhe a preposição.

(10) **Essa janela** não venta muito. (exemplo 94, PONTES, 1987, p.35)

Observa-se que primeiro aparece o objeto do qual se vai falar (característica de tópico): “essa janela”; depois se fala dele. “essa janela”, portanto, adquire status de sujeito por estar em posição inicial, isto é, topicalizado. A frase não parece estranha a quem ouve, porque remete a uma outra, em que o termo, aqui topicalizado, na outra surge na posição final da frase, preposicionado, como adjunto: “Não venta muito nessa janela”.

Outros exemplos de Pontes (1987, p.35):

(11) **O meu carro** furou o pneu.

(12) **A Sarinha** tá nascendo dente.

(13) **O jasmim** amarelou as pontas.

4.2. A Caracterização do DS

Uma mudança no parâmetro do sujeito nulo (DUARTE, 1995, entre outros) observada no Português Brasileiro culminou na constatação de que, além de ele passar de língua *pro-drop* para língua *não pro-drop*, apresenta um fenômeno lingüístico denominado DS, o qual, como o próprio nome revela, é a duplicação dessa função sintática na sentença. Partindo da análise de diferentes estudos a

respeito dessa estrutura sintática de observação corrente na língua falada do PB, pretende-se investigar algumas hipóteses acerca de tal fenômeno, na tentativa de analisá-lo mais profundamente, já que os vários estudos a esse respeito não têm sido muito reveladores. Num ponto, porém, todos concordam: o DS não é característico da língua escrita, pelo menos hoje, pois um importante trabalho de Morais de Castilho (seção 3.4) indica que já foi muito presente na língua escrita do português quatrocentista.

O DS, como o próprio nome indica, é a duplicação dessa função sintática na sentença. Essa afirmação bastaria não fossem as inúmeras possibilidades de representação desse fenômeno numa sentença do PB. Então faz-se necessário compreender, entre outras coisas, como é representado esse fenômeno e qual a motivação para a frequência de tal estrutura sintática.

Consoante vários estudos (ver DUARTE, 1995; NEGRÃO, 1999; TORRES MORAIS, 2002), o DS é um tipo de estrutura sintática muito comum no PB e que vem despertando a atenção de diversos lingüistas.

Para Vasco (1999), o DS é uma estrutura sintática corrente no PB, conhecida como um tipo de construção de tópico: “uma construção em que a relação é puramente semântica”, ou seja, sem qualquer ligação sintática. Pode-se entender, por conseguinte, que Vasco se refere ao DS como sendo o anacoluto das gramáticas tradicionais, que fora exemplificado neste trabalho.

Outros estudos, no entanto, têm apresentado uma caracterização diferente para esse fenômeno lingüístico.

Para Keenan e Schieffelin (1976)²⁸, uma construção com DE pode ou não ter tópico e sujeito pronominal correferentes. A forma de D.E. sem

²⁸ Apud PONTES, Eunice. *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1987.

correferente pronominal apontada por Keenan e Schieffelin no inglês corresponde ao anacoluto (no PB), o qual depende do discurso, já que não há relação sintática entre o tópico e a sentença comentário:

(14) **The modern art the twentieth century art**, there's about eight books.

A arte moderna, a arte do século vinte, existem cerca de oito livros. (apud PONTES, 1987, p.98, exemplo 4, grifo nosso)

Já Pontes (1987) destaca as sentenças de DS como “anacolutos” no PB. No quinto capítulo de seu trabalho, exemplifica:

(15) **E o almoço**, eu volto mais cedo. (PONTES, 1987, p.97, exemplo 1, grifo nosso)

Observa-se, nessa construção, o tópico (SN), seguido pela sentença-comentário formada por sujeito e predicado. Conforme Topicalização (descrita em 3.1.3.) trata-se de um tópico, que, nesse caso, não consiste num elemento movido de algum lugar da sentença nem é “repetido” por um pronome-cópia, ou seja, a estrutura é semelhante a construções de deslocamento à esquerda, mas não têm um pronome correferencial. Há, sim, uma relação discursiva entre o tópico e a sentença-comentário, o que faz Pontes sugerir um estudo pragmático desse tipo de construção. Segundo a autora, sentenças como essa têm que ser entendidas consoante o contexto da situação, bem como do discurso.

Do ponto de vista sintático, essas construções são diferentes de sentenças de sujeito e predicado. Há uma quebra entonacional entre o SN inicial e a sentença seguinte, que é completa. A relação entre o SN inicial e a sentença seguinte é uma relação de discurso, uma vez que a sentença seguinte é sempre um comentário sobre o SN inicial, que é o tópico. É a justaposição do SN com a sentença que cria o elo semântico entre elas. (PONTES, 1987, p.98)

Segundo Pontes (1987), a mais freqüente dentre as CTs é a chamada DE, do tipo definido por Ross (1967)²⁹ e seus seguidores como único que contém um pronome correferencial. Embora a autora não afirme, esse parece ser o modelo estrutural a que se pode denominar DS. A correferência entre o sintagma nominal e o pronome lexical caracteriza essa construção com dupla marcação de Caso.

De acordo com a autora, sentença como: “O Mardônio pifou o freio de mão do carro e ele foi levar na oficina.” é denominada impropriamente como DS, pois, de acordo com Chafe, Li; Thompson³⁰, não estabelece um quadro de referência para o que vai ser dito a seguir, não há como formular uma transformação de topicalização para esse tipo de construção. Isso porque tal frase teria sido dita em resposta à pergunta: “E o Mardônio?”. O tópico da conversa era “o Mardônio”, para o qual não há referência a seguir. Portanto a afirmação de que a construção tópica não é usada para introduzir um novo “tópico” só é válida para quando o novo “tópico” não está presente no contexto da situação. Essa afirmação é corroborada por Paredes Silva (2003, p.97), segundo a qual a escolha entre “a presença e ausência de pronome sujeito estaria correlacionada a motivações externas ao sistema lingüístico, colocadas nas pressões de natureza comunicativa a que falante e ouvinte estão submetidos.”

Tendo como *corpus* peças teatrais do séc. XIX, Duarte (1995) trata das construções com DS como construções de deslocamento à esquerda, isto é, construções de tópico, resultantes da perda pelo sistema do PB de propriedades de língua *pro-drop*, como a perda da inversão livre do sujeito e do Princípio Evite

²⁹ Apud PONTES, Eunice. *O tópico no português do Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1987

³⁰ *Ibidem*.

Pronome³¹. A perda deste, então, justifica a repetição do sujeito e, conseqüentemente, a dupla marcação de Caso nas construções com DS.

É fato que outras mudanças estão relacionadas de modo não accidental à implementação da preferência pelo uso do pronome lexical pela categoria vazia, e até mesmo a duplicação do sujeito. Em construções de D.E. nas línguas italiana e no espanhol (cf. Duarte 1995), não há sujeito como item de D.E., enquanto, no francês, a retomada de sujeitos nominais e pronominais tônicos por um pronome clítico é uma das principais características. Além disso, Duarte mostra que, no PB, quanto menos formal o discurso oral, maior parece ser a freqüência da estrutura em questão.

Consoante Duarte (op. cit), o fenômeno do DS no PB ocorre com o referente esperado, o qual pode ser o Tema, ou sujeito, de uma predicação primária — o sujeito de uma predicação secundária não é um Tema e logo não é um referente esperado, implicando o uso do pronome tônico.

Paredes Silva (2003, p.105) afirma que “quanto mais estreita a conexão entre um referente/sujeito e sua menção prévia, menor a necessidade de explicitá-lo, seja por um pronome ou nome (no caso da terceira pessoa)”. De acordo com a autora, que se enquadra entre os sintaticistas da chamada Sintaxe Funcional, a conexão discursiva, portanto, motivação de natureza funcional, o discurso é que define em que circunstâncias ocorrerá a expressão nominal como sujeito, cabendo, então, ao contexto a diminuição ou o aumento de preenchimento do sujeito, duplo ou não, na sentença do PB.

³¹ Diz o Princípio (cf. DUARTE, 1995): Numa língua *pro-drop*, Agr deve obrigatoriamente atribuir seus traços de pessoa, número e Caso. Sendo os pronomes tônicos (plenos) intrinsecamente marcados para esses mesmos traços, sua co-ocorrência com *pro* implicaria uma dupla marcação de Caso.

No francês, no entanto, observa-se que a construção não se limita à motivação pragmática de referir-se sempre a um elemento dado no discurso, mas também pode introduzir novos elementos, sem a presença de marca contrastiva ou fonológica especial, podendo ou não ser seguida de pausa.

(16) **Nancy elle** aimairait beaucoup ça. (DUARTE, 1995, p.104, exemplo 5)

Assim é no PB:

(17) **Os alunos**, durante o recreio, **eles** iam até a calçada e lá ficavam.(MUd)³²

4.3. Da Origem do DS

A primeira hipótese, levantada no início desta pesquisa foi a de que o DS seria a inversão do aposto, e que este seria, por sua vez, um tipo de antitópico³³. A semelhança é surpreendente quando se observa uma das sentenças apresentadas pelos informantes:

(18) É que **o meu pai, ele** era bem bugre. (MMb)

Invertendo, tem-se um exemplo de aposto, que, segundo a gramática normativa, deveria aparecer obrigatoriamente entre vírgulas, devido à pausa entre o SN e sua explicação:

(19) É que **ele, o meu pai**, era bugre.

³² A sentença foi retirada do *corpus* analisado para este trabalho. Também as de nº15a 20, 22 e 23.

³³ Sendo a posição inicial característica do tópico, entende-se que, deslocado para a direita, torna-se um antitópico.

Essa semelhança entre o DS e o aposto só aparece, contudo, em construções com SN + PL, por isso a hipótese não pôde ser mantida. No caso de DS formado por PL+PL, a inversão não indica a presença de um aposto:

(20) Aí **eu eu** me formei, fiz estágio na Perdigão e apareceu uma oportunidade da Perdigão como técnico de frigorífico. (MMb)

(21) **Eu, eu** nasci em Palmas. (MFC)

(22) Daí **ele, ele** é apaixonado por Cascavel. (FFc)

Observando uma outra sentença do *corpus* analisado, vê-se a presença não só do DS como também do aposto:

(23) E **o último_i, meu filho Vicente, ele_i** tá em Recife... (FFd)

O aposto “meu filho Vicente”, nesse caso, é o elemento interveniente da sentença com DS (“o último” e “ele”).

Tirando-se o tópico “o último”, tem-se, então, uma nova estrutura com DS, agora sem elemento interveniente:

(24) **Meu filho Vicente_i, ele_i** tá em Recife...

São exemplos de antitópico (aposto) observados no *corpus* desta pesquisa:

(25) Aí nós viemos pra cá, **eu, a Márcia e as duas crianças**. (FUc)

(26) Ela está se abrindo, sabe, **a cidade**. (MUa)

Não obstante ter sido apresentada e, logo em seguida, refutada a hipótese de que o DS tenha surgido da inversão do aposto, pelo menos o DS formado por PL+PL, observa-se que a semelhança entre as duas construções merece ser investigada mais cuidadosamente. Além disso, ainda são poucos os estudos sobre o antitópico no PB.

4.4 O DS e o Português Quatrocentista

Moraes de Castilho (2001, p.59) sugere que a duplicação sintática no PB atual, inclui-se o DS, revela a manutenção de traços do português quatrocentista e afirma que o fenômeno da duplicação permeou todo o período medieval português. Para ela, assim se explica esse fenômeno: “Entendo por duplicação sintática a ocorrência de uma estrutura X seguida de uma estrutura Y, tal que X e Y sejam correferenciais. A correferência expressa-se ou por anáfora cheia, lexicalizada, ou por anáfora zero.”

São alguns exemplos de duplicação quatrocentista a que ela chama de CT sujeito com retomada:

(27) Mas **o grãde Hercolles**, que foy o terceiro, o qual fez muitos e grandes e famosos feytos dos quaaes todo o mundo fallou, **este** foy muy grãde, muy ligeiro, muy valente mais que outro homem [CGE2 17:15]. (MORAES DE CASTILHO, op. cit., p.62, exemplo 10)

(28) **Sam Pedro e Santiago e Sam Joam**, depois que Jesu Cristo sobio aos Ceos, pero que os el havia adeantados sobolos outros, nom quiserom **eles** filhar pera si a honra do adeantamento... [VPA1] (MORAES DE CASTILHO, op. cit., p.62, exemplo 12)

O segundo exemplo apresenta uma estrutura que este estudo reconhece como DS, ou D.E.Suj. Têm-se os SNs correferenciados ao pronome lexical que os retoma. A autora, ainda, revela características da duplicação que muito se assemelham com as características do DS atual: a maioria dos tópicos

duplicados é acompanhado de relativas; o traço semântico do elemento topicalizado é predominantemente [+ humano] e definido.

Essas características serão posteriormente comparadas às dos dados que serão analisados, buscando-se evidenciar semelhanças e/ou diferenças entre o DS atual e o quatrocentista.

4.5 RESTRIÇÕES AO USO DO DS

Vários autores, dentre eles Duarte (1995), têm indicado uma grande produtividade e diversidade de contextos sintáticos nos quais o DS é encontrado. As análises da autora, inclusive, predizem algumas situações em que tal estrutura deveria aparecer livremente, sem restrições (cf. BRITTO, 2000, p.200):

a) em raiz e sentença encaixada:

(29) Então você acredita que **[a prisão do PC]_i *ela_i*** só vai acontecer por acaso? (BRITTO, op. cit., p.200, exemplo 8b, grifo nosso)

(30) **[A população]_i *ela_i*** é meio flutuante porque os homens (...) (BRITTO, op. cit., p.200, exemplo 8a, grifo nosso)

b) com referência definida ou indefinida:

(31) Então **[o Instituto]_i *ele_i*** manda os piores professores, [...] (BRITTO, op. cit., p.200, exemplo 9a, grifo nosso)

(32) **[Um homem comum]_i *ele_i*** tem um conforto compatível com [...] (BRITTO, op. cit., p.200, exemplo 9b, grifo nosso)

c) Com relativas sem cabeça:

(33) **[Quem vem fazer compras no Serra e Mar]_i** **ele_i** não faz compras, **ele_i** passa momentos de alegria. (BRITTO, *op. cit.*, p.200, exemplo 10, grifo nosso)

d) Com sujeito quantificado:

(34) **[Toda pessoa que assiste a uma peça]_i** **ela_i** tem uma opinião [...] (BRITTO, *op. cit.*, p.200, exemplo 11, grifo nosso)

Britto (2000, p. 200-202), contudo, aponta restrições para cada uma das sentenças acima. Adaptando os exemplos de Martins (1994)³⁴, ela revela a impossibilidade de se extraírem sentenças com juízo categórico³⁵ dependendo do contexto:

(35) Uma pessoa chega em casa e, antes de perguntar alguma coisa, alguém fala:³⁶

a. [Joana] ligou.

b * **[A Joana]_i** **ela_i** ligou. (BRITTO, *op. cit.*, p.201, exemplos 12 e 13, grifo nosso, original com glosas em inglês)

(36) a. (Vo)cê viu o jornal? [Um judeu] matou o Primeiro Ministro de Israel.

b. *(Vo)cê viu o jornal? **[Um judeu]_i** **ele_i** matou o Primeiro Ministro de Israel. (BRITTO, *op.cit.*, p.201, exemplo 14, grifo nosso, original com glosas em inglês)

³⁴ Apud BRITTO, Helena. Syntactic codification of categorical and thetic judgments in Brazilian Portuguese In: KATO, Mary A. & NEGRÃO, Esmeralda V. (orgs) Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter. Frankfurt am Main, Vervuert. p. 195-222. 2000.

³⁵ Segundo Kuroda (1972, 1976, 1978), juízo categórico é aquele que expressa um predicado e que constitui de dois atos, um de atribuição de propriedade ao sujeito e outro de afirmação ou negação de uma propriedade sobre a entidade sujeito. Os exemplos 35b e 36b não podem indicar um juízo

Os exemplos acima revelam que os NPs não especificados, em PB, não participam de deslocamento se não têm uma existência pressuposta, o que confirma estudos sobre o tópico apontados em capítulo anterior.

4.6 Juízo Tético e Juízo Categórico

Em contraste com o PE, o PB não licencia o *pro* [+referencial] (cf. FIGUEIREDO SILVA, 1996)³⁷ e permite a ordem VS somente com verbos monoargumentais (cf. ANDRADE BERLINCK, 2000). Além disso, estudos já citados nesta pesquisa afirmam ser alta a frequência do D.E.suj., ou DS, no PB.

Britto (2000) acrescenta um dado muito importante para a caracterização do DS:

as with LD constructions in French (Kuroda, 1972, 1992), LD constructions in BP are considered to represent the syntactic codification of categorical judgments — equivalent to the SV constructions with a lexicalized subject in EP. The dislocated DP and the lexicalized preverbal subject are the topic of these structures (i.e., the constituent to be interpreted in the appropriate component as the subject of a categorical judgment (Kuroda, 1992)).

On the other hand, the comparison of SV constructions in BP with VS structures in EP (Martins, 1994) reveals yet another similarity: both are interpreted as the syntactic codification of athetic judgment. (BRITTO, 2000, p.195)³⁸

categórico, já que ambas as sentenças descrevem um evento com SN indefinido, mas não apresentam atribuição genérica.

³⁶ No original: “*A person gets home and, before he asks anything, someone says:*”

³⁷ Apud BRITTO, Helena. Syntactic codification of categorical andthetic judgments in Brazilian Portuguese In: KATO, Mary A. & NEGRÃO, Esmeralda V. (orgs) Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter. Frankfurt am Main, Vervuert. p. 195-222. 2000.

³⁸ “como com construções com DE em francês (Kuroda 1972, 1992), construções com DE em PB representam a codificação sintática de juízo categórico — equivalente às construções SV com um sujeito lexicalizado em PE. O Sintagma Determinativo deslocado e o sujeito preverbal lexicalizado são o tópico dessas estruturas (isto é, constituinte para ser interpretado no componente apropriado como o sujeito de um juízo categórico (KURODA, 1992). Por outro lado, a comparação de construção SV

De acordo com a autora, portanto, ficaria assim a classificação das estruturas em PB e PE:

Quadro 1 — Classificação de sentenças quanto ao tipo de Juízo

JUÍZO TÉTICO	JUÍZO CATEGÓRICO
Construções com SV em PB ³⁹	Construções com DS (=D.E.Suj.) em PB*
Construções com VS em PE	Construções com SV (sujeitos pré-verbais lexicalizados)* em PE * São o tópico das estruturas

De acordo com a autora, a Lógica Clássica diz que todo juízo (isto é, a afirmação ou negação de uma propriedade para uma entidade) deveria ser expressa na forma de uma estrutura composta de um sujeito (lógico, ou seja, a entidade para a qual alguma(s) propriedade(s) é (são) atribuída(s)) e um predicado (isto é, a(s) propriedade(s) afirmada(s) ou negada(s)).⁴⁰

Kuroda (1972, 1976, 1992, apud BRITTO, 2000, p.196) defende a tese de que os dois tipos distintos de juízo assim se explicam:

- a) Juízo categórico: com a estrutura sujeito-predicado; expressa um predicado, e, então, consiste de dois atos separados, um deles sendo o ato de reconhecimento de que está sendo feito o sujeito; e o outro, o ato da afirmação ou negação que é expressa pelo predicado sobre esse sujeito.
- b) Juízo tético: descreve um evento ou estado, e consiste de um único ato cognitivo, nominal, a apresentação de um objeto, também uma entidade ou um evento. (Kuroda afirma que o juízo tético não é apresentado na estrutura SV.)

em PB com estruturas VS em PE (MARTINS, 1994) revela ainda outra semelhança: ambas são interpretadas como a codificação sintática de um juízo tético.” (tradução nossa)

³⁹ De acordo com Kato (1989), a construção SV em PB corresponde ao juízo categórico, já que a autora afirma tratar-se de tópico o sujeito anteposto ao verbo nessa língua. Esta pesquisa trabalhou com essa hipótese.

⁴⁰ No original: “Classical Logic claims that each and every judgment (i.e., the entity to which some property(ies) is(are) attributed) and a predicate (i.e., the property(ies) asserted or negated).

Conclui-se, então, que o DS está realmente entre as sentenças que expressam juízo categórico, já que apresenta os dois atos; o primeiro expresso pelo tópico; o segundo, pelo predicado.

Entretanto, observa-se que as sentenças SV no PB, as quais, segundo Britto (2000), expressam juízo tético, podem, em alguns contextos, indicar o juízo categórico, ou seja, indicam uma existência pressuposta sem a presença do deslocamento. Por outro lado, ainda seguindo o raciocínio de Britto, se o DS for formado por elementos que indeterminem o sujeito, talvez se deva considerar que essa estrutura possa expressar, nesse caso, juízo tético. Será necessária, portanto, uma análise cuidadosa dos dados a fim de que se verifique a freqüência dessas manifestações lingüísticas.

4.7 A CATEGORIA PRONOME

Vasco (1999, p. 82) indica, em seu trabalho, a classe pronominal como a segunda mais freqüente em DS, com retomada por pronome pessoal, perdendo apenas para o SN. Observando, então, o DS formado por dois pronomes lexicais correferenciados, questiona-se se o estatuto deles seria o mesmo, ou se haveria diferença na categoria. Kato (2003b) retoma estudos de Cardinaletti e Starke (1994)⁴¹, que afirmam ser tripartida a categoria pronome em fortes, fracos e clíticos, sendo estas duas formas deficientes na representação estrutural e semântica.

⁴¹ CARDINALETTI, A. & STARKE, M. "The typology of structural deficiency: on the three grammatical classes". 24 th Linguistic Symposium on Romance Languages. Los Angeles. 1994. Apud KATO, Mary. *Pronomes fortes e fracos na Sintaxe do Português Brasileiro*. M. Campinas: 2003b.

Essa classificação, todavia, é inócua sem a definição de estratégias de reconhecimento de tais pronomes e argumentos para seleção de um ou outro. Isso pode ser resolvido a partir da hierarquia de referencialidade e uma condição de mapeamento entre formas pronominais expressas ou nulas, propostas por Cyrino, Duarte e Kato (2000).

De acordo com as autoras, a Hierarquia Referencial (doravante HR) se expressa desta forma:

não-argumento	proposição/predicado
[-humano]	[+humano]
3 ^a . p.	3 ^a . p.
3 ^a . p.	3 ^a ., 2 ^a ., 1 ^a . p.
[-espec]	[+espec]
[-ref]←-----→[+ref.]	

A partir dessa proposta de HR, Cyrino, Duarte & Kato (2000) apresentam a Hipótese de Mapeamento Implicacional (doravante HMI), que consiste em duas afirmações:

- a) quanto mais referencial, maior a possibilidade de um pronome lexical, não-nulo;
- b) uma variante nula em um ponto específico da escala implica uma variante nula à sua esquerda, na hierarquia referencial.

Quanto à HR, podem-se fazer algumas considerações, observando o recente estudo apresentado por Kato (2003), o qual identifica aspectos nos pronomes lexicais em PB que se diferenciam de tais pronomes em PE. A autora

afirma que o pronome forte é sempre humano, logo os pronomes de 1ª e 2ª pessoas só podem ser fortes. Quanto aos pronomes de 3ª pessoa, Kato afirma que, em PE, o pronome lexical jamais é usado, segundo suas análises, com referência [-humana], opondo-se ao PB. Neste, usa-se, por exemplo, o pronome **ele** para retomar um animal (cão, gato etc) ou um objeto qualquer (lápis, livro etc). No PE, a correferência com antecedente [-humano] se dá com sujeito nulo, analisado, a partir do morfema - \emptyset na terceira pessoa, como concordância de pessoa.

Sendo sempre humano o pronome forte, isso significa que o pronome em 3ª pessoa é sempre forte no PE e, por variar no PB, podendo retomar elemento [\pm humano], será fraco nesse sistema.

Kato (2003b) afirma, ainda, que só há duplicação de pronome com traço [+humano], o que significa que o DS, representado por pronomes lexicais correferenciados, só existe quando o pronome é forte. Sabendo-se que essa duplicação do sujeito ocorre no PB e não no PE, conclui-se que, havendo pronomes lexicais de 3ª pessoa correferenciados, pronomes homófonos, portanto, o primeiro é forte e o segundo, fraco.

(37) ELE_i, ele_i está bem. (PB) (KATO, 2003a, exemplo 3b)

ELE – Pronome forte. Representa um elemento [+humano]. É o tópico da sentença.

ele – Pronome fraco. Duplica a função sintática do primeiro pronome.

No PE também acontece a duplicação do sujeito. Porém, consoante

Kato:

A duplicação ocorre também no PE, mesmo que o sujeito apareça nulo, caso em que os autores, em geral, postulam um pronome nulo

pro. Kato propõe, contudo, que a duplicação se dá com o próprio afixo de concordância (*agr*), que atua como pronome fraco nas línguas de sujeito nulo. Este afixo tem todas as propriedades de um pronome: é um argumento do V em VP e checa caso em T. (KATO, 2003c, pp.12-13)

(38) ELE_i está - Ø_i bem. (PE) (KATO, 2003 a, exemplo 3a)

ELE – Pronome forte. É o tópico e se encontra fora da sentença.

- Ø – É a própria flexão. Tem-se aí um *pro* posposto ao verbo.

No PB, o pronome de 3ª pessoa pode representar um elemento

[±humano]:

(39) ELE_i está bem.

ELE – Pronome fraco.

Devido à concordância ser fraca no PB, não há *pro* posposto ao verbo.

Na sentença abaixo, citada por um dos informantes, tem-se um sujeito referencial [+humano], [3ª p], [+espec], repetido por um pronome lexical.

(40) É, o Jaci, ele começou. A rodoviária ele começou, e o Tolentino terminou. (MFd)⁴²

De acordo com a HR e a HMI, o preenchimento do sujeito pelo pronome lexical se justifica na medida em que o traço do sujeito seja [+humano]. Nesse exemplo, há um sujeito com tais traços expresso por um SN. O pronome “ele” repete o traço [+humano] já identificado no SN nessa sentença, sendo aí caracterizado como pronome fraco, característica dos pronomes de 3ª pessoa no PB.

⁴² Sentença retirada do *corpus* deste trabalho.

Kato (2003b) afirma que os pronomes fracos, assim como os clíticos, são deficientes quanto à referencialidade, não podendo ser reduplicados. Isso acontece apenas com os pronomes fortes.

Os estudos de Kato (2003a,b), portanto, indicam que um sujeito representado por um pronome lexical só poderá ser duplicado se for caracterizado como: [+ referencial], [+humano] e [+espec.]. A partir do exposto pela autora, conclui-se que uma sentença como [Ele, ele não mugiu hoje] seria agramatical em PB, já que o primeiro pronome lexical seria [-humano], impossibilitando sua duplicação.

A partir do exposto neste capítulo, podem-se fazer algumas considerações sobre o DS:

- a) é uma CT, também chamada de D.E.Suj.;
- b) é freqüente no PB, ao contrário do que ocorre no PE;
- c) apresenta o juízo categórico
- d) e, quando representado por PL+PL, tem um pronome forte e outro fraco.

Quanto à origem do DS, como já foi dito na seção 3.4, não há ainda um estudo voltado especificamente para essa questão. Acredita-se, no entanto, que a semelhança entre as construções quatrocentistas e as atuais seja um forte indício de que essa construção já foi bastante popular no português, inclusive na escrita, podendo ter sido preterida quando houve a normatização da língua, no século XVI.

Por isso considera-se oportuna a comparação entre construções apresentadas por Moraes de Castilho (2001) e sentenças do *corpus* selecionado. Tal comparação aparece no capítulo 5, o da análise dos dados.

A respeito da possibilidade de o DS ser oriundo da inversão do antitópico aposto, percebe-se que tal hipótese só poderia fazer sentido em relação a uma das várias estruturas de DS, o que se revela insuficiente para sustentar a teoria.

5 METODOLOGIA

Luchesi (1996) propõe que a realidade lingüística brasileira não seja apenas heterogênea, variável, mas também plural. Isso significa que a idéia de uma unidade da língua falada no Brasil é utópica, daí a importância de se definirem, cuidadosamente, variáveis, numa pesquisa, que observem a origem dos informantes e sua migração.

Cascavel, a chamada “Capital do Oeste do Paraná”, cidade escolhida para a realização da pesquisa, conta com 250.000 habitantes⁴³. Com apenas 51 anos, o município é conhecido por seu crescimento populacional acelerado nos últimos anos, indicando ser esse um campo vasto para pesquisas envolvendo a linguagem e sua variação.

Por isso, neste trabalho, foram investigados moradores cascavelenses, nascidos ou não na cidade. Para tanto, além das variáveis gênero, nível de escolaridade e idade, observou-se a origem dos informantes, dividindo essa análise, inicialmente, em três subvariáveis: 1) autóctones e paranaenses; 2) nascidos em outro Estado da região sul; 3) nascidos em outras regiões do País. Entretanto, não foi encontrado o número necessário de informantes vindos de outras regiões do País⁴⁴, fazendo-se necessária a exclusão da variável origem.

Considerando-se o tamanho da cidade e segundo Tarallo (2001):

O critério básico para a seleção de informantes será o da amostragem aleatória. Tal critério deverá ser usado especialmente

⁴³ Cf. página *on-line* oficial da cidade. (ver bibliografia)

⁴⁴ Isso se deveu à formação étnica do povo cascavelense. Colonizada por tropeiros vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, Cascavel abriga hoje, principalmente, descendentes desses Estados.

no caso de a comunidade estudada ser um grande centro urbano. A amostragem aleatória lhe dará certeza de que você ao menos tenha dado a chance a todos os membros da comunidade de serem entrevistados. (TARALLO, 2001, p.27)

Essa escolha aleatória, todavia, seguiu uma medida: 5 informantes para cada combinação de fatores lingüísticos e extralingüísticos (ver Tarallo, 2001, pp.29-30), somando-se 120 pessoas entrevistadas⁴⁵. Devido a esse grande número de informantes, buscou-se facilitar as entrevistas, fazendo a maioria num lugar em que houvesse uma concentração maior de pessoas, onde a pesquisadora tivesse alguém conhecido, sendo, por isso, bem recebida, da maneira mais simples possível, visando, essencialmente, uma maior espontaneidade por parte das pessoas que fossem entrevistadas. Para tanto, foi escolhida, inicialmente, a maior cooperativa da cidade, a Coopavel (Cooperativa Agropecuária de Cascavel Ltda.)⁴⁶, mais precisamente na UNICOOP, centro de estudos e eventos, inaugurado em 25 de julho de 2000 para o aperfeiçoamento profissional e científico dos mais de 2.800 funcionários da Coopavel. Importante esclarecer que a escolha do lugar não foi aleatória, mas a dos informantes sim, pois os funcionários da Coopavel e os estudantes da UNICOOP⁴⁷ eram apresentados à pesquisadora somente no dia da entrevista, por um conhecido dela, e só então era verificado se esses se encaixavam nas variáveis sociolingüísticas selecionadas.

⁴⁵ Usou-se a ficha do informante apresentada em: *Atlas Lingüístico do Brasil (ALIB) — Questionários 2001*. Londrina: Editora UEL, 2001, pp.3-4.

⁴⁶ A Coopavel foi fundada em 15 de dezembro de 1970, por 42 agricultores. Hoje, empresa consolidada, conta com 3.500 famílias associadas e possui 23 filiais instaladas nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Em Cascavel, soma atualmente 9 indústrias em seu parque industrial, além da UNICOOP (Universidade da Coopavel).

⁴⁷ Os cursos ministrados na UNICOOP reúnem, semanalmente, mais de cinqüenta funcionários, de diferentes idades, níveis de escolaridade e funções dentro da empresa, o que facilitou em muito a investigação e caracterizou o grupo como heterogêneo.

5.1 A Coleta de Dados e a Transcrição

As entrevistas tiveram início no mês de junho de 2003 e estenderam-se até o mês de outubro do mesmo ano. À medida que iam ocorrendo, eram transcritas e imediatamente observadas. Foram analisadas 2.400 sentenças. Como eram gravados muitos minutos de conversa, optou-se pelo seguinte critério: a partir da décima sentença, contavam-se vinte sentenças para o estudo. Isso porque, logo no início do diálogo, alguns informantes demonstravam constrangimento. A partir do segundo minuto de conversa, mais ou menos, já se sentiam à vontade. Alguns chegavam a contar sua história por mais de dez minutos, sem parar; outros — poucos — preferiam responder a questões feitas pela entrevistadora, as quais envolviam temas como infância, origem, chegada a Cascavel, política local, entre outros, exigindo deles uma narrativa.

Para garantir uma boa qualidade do material gravado, foi usado um gravador digital IC RECORDER ECD-BP 100, SONY, com capacidade para 168 minutos de gravação, equivalentes a mais ou menos 10 entrevistas. Ao término destas, o conteúdo das gravações era armazenado em computador, de onde era feito um *backup* em CD. As entrevistas foram ouvidas por meio de um programa chamado DIGITAL VOICE EDITOR e com o auxílio de duas caixas de som e um amplificador da marca TRONI. Enfim, todos os cuidados foram tomados para avaliar a fidelidade dos dados.

A exemplo da grande maioria dos sistemas de transcrição, como os do Projeto NURC (ver PAIVA & DUARTE, 2003), e por tratar-se de uma pesquisa em

que apenas os dados sintáticos são estudados, tomou-se como referência o sistema ortográfico e não se observou a pronúncia efetiva.

As 2.400 sentenças foram analisadas, codificadas e estratificadas por meio do programa VARBRUL (GOLDVARBRUL 2001)⁴⁸, a exemplo das últimas pesquisas em Sociolinguística Paramétrica (ver DUARTE, 2003).

5.2 Quanto à Pausa e à Entonação

Ao transcreverem-se as sentenças ouvidas, percebe-se a necessidade de observar muito atentamente a pausa e a entonação produzidas pelos falantes, das quais resultam sentenças com diferente pontuação.

As sentenças com DS sem elemento interveniente não apresentam vírgula entre o tópico e o sujeito. Isso se deve à falta de pausa entre os elementos; as demais, ao contrário, apresentam uma pausa breve, marcada por vírgula.

Para se determinar corretamente o que pode ser marcado por vírgula, evitando-se o erro de considerar DS uma estrutura que, na verdade, seria indicadora de duas sentenças, recorreu-se a estudos de Prosódia.

Kindell (1981), em seu Guia de Análise Fonológica, indica que há três diferenças de tempo, nos sistemas de tons melódicos: tempo breve, tempo maior e tempo prolongado. Somente o tempo breve foi considerado na análise dos

⁴⁸ De acordo com Bisol & Brescancini (2002, p.24), porque “esses valores variam de um fator para outro, é necessário que o pesquisador disponha de um instrumento que o auxilie a extrair inferências. Os programas que compõem o pacote computacional VARBRUL 2S realizam exatamente essa tarefa.”

dados. Não encontrando indicação a respeito de quantos segundos determinam a classificação de tempo, criou-se a seguinte legenda:

Tempo breve:

a) Um ou dois segundos: marcação por vírgula.

O tempo de um segundo ocorre na ausência de elemento interveniente entre tópico e PL idênticos; dois segundos quando há elemento interveniente entre tópico e PL idênticos ou não.

Tempo maior:

a) Três segundos ou mais: a estrutura não era considerada DS, sendo, portanto, excluída da análise dos dados.

Tomou-se o cuidado com a entonação de cada sentença produzida. Sentenças como “**Eu, eu** era vendedora também.” (FFa) não poderiam ser confundidas com “Eu? Eu era vendedora também.” Observa-se claramente que são entonações distintas. Além disso, a gravação feita por aparelho digital e o auxílio do computador permitiram uma boa audição das entrevistas.

5.3 As Variáveis

Segundo Oliveira; Silva (2003, p.120), “o princípio mais rudimentar para permitir a inferência dos resultados da amostra para a população é o de que a seleção dos falantes seja aleatória”. Todavia, como a amostra precisava ser grande, para englobar diferentes estratos da população cascavelense e corroborar as hipóteses quanto à mudança lingüística, decidiu-se por uma seleção aleatória

estratificada. Para proceder a esse método, fez-se necessário conceber variáveis relevantes para os resultados da pesquisa, ou seja, a escolha das variáveis não foi aleatória⁴⁹.

Este estudo apresenta um modelo quantitativo⁵⁰ de pesquisa, baseado no arcabouço teórico-metodológico da Teoria da Variação (Mollica, 2003), considerando-se algumas variáveis não lingüísticas — sexo/gênero, idade, escolaridade — e variáveis sintáticas, já que o objetivo central do trabalho é analisar a potencialidade de um fenômeno lingüístico, o DS, e as condições em que este se realiza no PB. As variáveis sociolingüísticas aparecem codificadas ao lado das sentenças apresentadas na análise dos dados. A primeira letra indica o gênero do informante: M, se masculino; F, feminino. A segunda variável indica o nível de escolaridade, e varia entre: F — fundamental; M — médio e U — universitário. Por último, a variável idade: a — 15 a 25 anos; b — 26 a 35; c — 36 a 50; d — + de 50.

As variáveis sintáticas:

— **Dependentes (Grupo 1):**

- a) com DS;
- b) sem DS.

— **Independentes:**

- 1) Grupo 2 – Contexto
 - a) narrativo;

⁴⁹ Há dois tipos de variáveis: as dependentes, que configuram um fenômeno variável, e as independentes, grupos de fatores, de natureza interna ou externa à língua e que podem exercer pressão sobre o fenômeno lingüístico, determinando a freqüência de sua ocorrência. São as variáveis, portanto, que vão condicionar positiva ou negativamente os parâmetros lingüísticos indicadores da variação ou mudança lingüística; são elas que, estando em competição na língua, no sentido de que ora pode ocorrer uma, ora pode ocorrer outra (NARO, 2003), possibilitam identificar uma série de categorias independentes que influem nas escolhas lingüísticas.

⁵⁰ O problema central que se coloca para a Teoria da Variação é a avaliação do *quantum* com que cada categoria postulada contribui para a realização de uma ou de outra variante das formas em competição. (NARO, 2003)

- b) explicativo;
- c) opinativo;
- d) não se aplica.

2) Grupo 3 - Tipo de representação do sujeito

- a) DS com sintagma nominal + pronome lexical
- b) DS com pronome lexical + pronome lexical
- c) DS com sintagma nominal + quantificador
- d) DS com quantificador + pronome lexical
- e) DS com (pronome lexical+ sintagma nominal)+ pronome lexical
- f) não se aplica

3) Grupo 4 - Estrutura de representação do sujeito

- a) DS com elemento interveniente
- b) DS sem elemento interveniente
- c) não se aplica

4) Grupo 5 - Tipo de elemento interveniente com DS

- a) oração intercalada
- b) adjunto adverbial
- c) expressão nominal (aposto)
- d) não se aplica

5) Grupo 6 – Pessoa do sujeito

- a) 1ª pessoa do singular
 - b) 2ª pessoa do singular (tu)
 - c) 2ª pessoa do singular (você)
 - d) 3ª pessoa do singular
-

- e) 1ª pessoa do plural (nós)
- f) 1ª pessoa do plural (a gente)
- g) 2ª pessoa do plural (vocês)
- h) 3ª pessoa do plural
- i) não se aplica

6) Grupo 7 - Tipo de oração

- a) oração principal
- b) oração completiva
- c) oração relativa
- d) oração adjunta
- e) oração coordenada / absoluta (período simples)
- f) não se aplica

7) Grupo 8 - Construções de tópico

- a) deslocamento à esquerda de objeto direto
- b) deslocamento à esquerda de complemento oblíquo
- c) topicalização selvagem
- d) topicalização de objeto direto
- e) topicalização de complemento oblíquo
- f) topicalização de sujeito
- g) tópico – sujeito
- h) anacoluto
- i) não se aplica

8) Grupo 9 - Tipo de sujeito simples

- a) sujeito nulo
- b) sujeito preenchido determinado (ordem direta ou indireta)

c) sujeito preenchido indeterminado

d) não se aplica

9) Grupo 10 - Tipo de Juízo:

a) Categórico;

b) Tético;

c) não se aplica

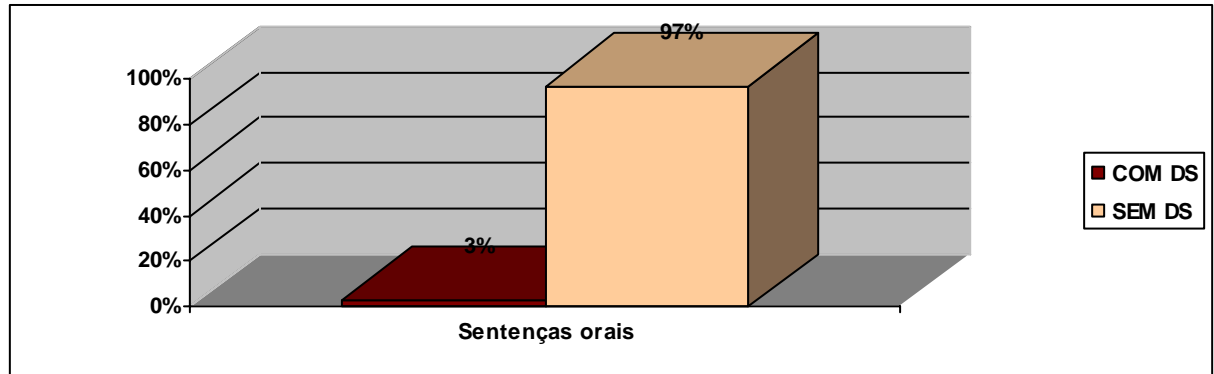
6 ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com os trabalhos citados no capítulo 3, vários pesquisadores atestaram ser constante a presença do DS no PB em sentenças orais, embora não apresentassem números efetivamente. Esta pesquisa vai fazê-lo, conquanto sua preocupação resida mais nas hipóteses apresentadas do que na freqüência do DS nas sentenças investigadas, as quais, para assegurar a fidelidade dos dados, tinham de compor um *corpus* bastante abrangente.

A forma como se determinou a seleção das vinte sentenças por informante, explicitada no capítulo da Metodologia favorecia uma análise mais qualitativa que quantitativa, visto que inúmeras sentenças com DS ficavam fora da análise e, em alguns casos, as vinte sentenças selecionadas, produzidas pelo informante após as vinte iniciais, não apresentavam DS, mas a estrutura aparecia nas sentenças seguintes.

Quanto aos dados selecionados, é importante ressaltar, fazem parte de um contexto predominantemente narrativo, em que o entrevistado narra histórias de sua vida, família e cidade. Num contexto como esse, obviamente há muitas referências anafóricas, ambiente propício para o surgimento de sujeitos de juízo categórico, ou seja, sujeitos de natureza pressuposta. Verificou-se, então, uma baixa freqüência de DS nas sentenças analisadas, porém um alto índice de juízo categórico, mostrados a seguir:

Gráfico 1 — Sentenças com DS — frequência:



Variável dependente

Observando-se o quadro, pode-se questionar a importância de um estudo sobre um fenômeno lingüístico que aparece em apenas 3% das sentenças analisadas. Tal resultado levou à observação do contexto e da realização das sentenças em termos de juízo tético e categórico, para se chegar a um melhor entendimento da situação.

A partir da constatação dessa baixa ocorrência, julgou-se que a razão para isso poderia estar na relação existente entre juízo tético e juízo categórico para a ocorrência de DS no PB, de acordo com Britto (2000).

No entanto, conforme se verá abaixo, os dados apresentam muitos juízos categóricos devido ao contexto das entrevistas. Esse fator, portanto, não poderia justificar a baixa ocorrência de DS.

O estudo dos diferentes juízos, porém, trouxe um importante resultado. Assim, a tabela 1 mostra a distribuição dos juízos tético e categórico dentro das ocorrências de DS e revela, por meio dos pesos relativos, que o fator “juízo categórico” é determinante para a realização do sujeito duplo no PB, de acordo com a proposta de Britto (2000).

Tabela 1 — Juízos tético e categórico em sentenças com DS

Sentenças com DS	N°	%	PR
Juízo tético	3	4,4	0,37
Juízo categórico	65	95,6	0,51
TOTAL	72⁵¹	100	

No entanto, observando as sentenças sem DS, também pudemos notar a alta ocorrência de juízo categórico:

Tabela 2 — Juízos tético e categórico em sentenças sem DS

Sentenças sem DS	N°	%	PR
Juízo tético	117	7,6	0,62
Juízo categórico	1.429	92,4	0,48
TOTAL	1.546	100	

Assim, embora a tabela 1 acima mostre que o juízo categórico é o fator que influencia o aparecimento de DS, as sentenças sem DS também podem apresentar juízo categórico, como podemos observar na tabela 2. Todavia os pesos relativos das sentenças sem DS indicam que o juízo tético é um fator relevante para a aplicação da regra.

Abaixo seguem algumas considerações acerca desses resultados.

O contexto predominante é o narrativo; gênero em que a coesão se dá, principalmente por referência anafórica das personagens. No caso das entrevistas, havia constantemente termos apresentados pela entrevistadora em suas perguntas sendo retomados pelos entrevistados, ou termos que eles mesmos apresentavam e, em seguida, retomavam, como no exemplo abaixo:

⁵¹ Optou-se por não analisar sentenças com sujeito nulo em relação ao tipo de juízo, pois interessavam a esta análise as sentenças com preenchimento do sujeito.

(1) **Eu** era funcionário, gerente do Banco Bamerindus em Pato Branco. [...] **O Banco** quis me transferir pra um outro lugar e eu achei que não devia ir e aí fizemos um acerto.(MUc)

O termo “O Banco” é retomado, a partir da fala do próprio falante, porém agora como sujeito.

Na sentença a seguir, “o meu pai” tem uma natureza pressuposta, já que a entrevistadora perguntava sobre os pais do entrevistado. Assim, ele usa o DS na segunda oração, e o juízo é categórico.

(2) **O meu pai**, parece que **ele** tinha um amigo dele que era capitão...(MFc) — Resposta à pergunta da entrevistadora: “Seus pais disseram por que que...?”

Observa-se que o tópico “o meu pai” é apresentado na fala do informante. Depois disso, o falante já não usou o DS, pois o tema já fora mencionado por ele, devendo ser apenas retomado na seqüência da conversa.

Já no exemplo (3), logo a seguir, sabendo-se que o pronome anafórico [ele] da primeira sentença retoma a expressão nominal “meu marido”, dita pela falante, questiona-se por que o DS só foi aparecer na segunda sentença.

(3) **Ele** é promotor de vendas. **Ele**, deixa eu fazer comercial, **ele** representa os produtos “Girando o Sol”. (FMc)

Esse questionamento talvez seja respondido segundo a teoria de Britto (2000, p.197). A autora indica que o juízo categórico é usado pelo falante quando se refere a uma entidade que é especialmente individualizada, ou que essa identidade tenha sido previamente estabelecida na mente do falante, o que naturalmente ocorria na maioria das sentenças deste estudo, devido à natureza das

entrevistas – contexto narrativo. Neste sentido, pode-se justificar a alta ocorrência de sentenças com juízo categórico nos dados, sendo elas SV ou com DS, conforme podemos observar pelo resultado das porcentagens, nas tabelas 1 e 2.

Uma outra observação a acrescentar aqui é que, considerando as afirmações de Britto, as sentenças SV com sujeito indeterminado e sentenças VS foram consideradas caracterizadoras do juízo tético, estas conforme quadro explicativo apresentado na página 54 do capítulo 3, o qual mostra a divisão feita por Britto (2000) para os juízos categórico e tético em relação às sentenças do PB e do PE.

Assim, quanto às sentenças com DS, os dados sugerem que podem expressar juízo tético, conquanto o sujeito duplicado seja indeterminado e permaneça assim no termo correferencial, como na sentença abaixo:

(4) ... **você**, tudo diferente, né, **(vo)cê** nossa! estranha bastante.

(FMb)

O exemplo (4) vai de encontro ao que Britto (2000) definiu como expressão caracterizadora de D.E.Suj.: o juízo categórico. Segundo a autora, a identidade do pronome duplicador deve ser previamente estabelecida pelo tópico, o que não acontece nessa sentença, pois o sujeito continua indefinido.

Além disso, a sentença (5) causa, no mínimo, estranheza, visto que parece apresentar dois pronomes fracos. Ouviu-se repetidamente a mesma sentença e não se observa diferença na pronúncia, ambos os pronomes são pronunciados com entonação fraca.

(5) Então **(vo)cê**, né, **(vo)cê** fica totalmente deslumbrada, meio perdida numa cidade bem maior do que aquilo... (FUc)

Observando-se a HR apresentada por Cyrino, Duarte & Kato (2000), e expressa no capítulo 3 deste trabalho, questiona-se se não seriam dois pronomes fracos, já que podem ser considerados [-referenciais]. Isso confirmaria, por conseguinte, a idéia de que o DS pode também expressar juízo tético nesses casos.

Por fim, ressalta-se o peso relativo apresentado na tabela 1 para juízo categórico — 0,51 — que indica que a expressão de juízo categórico é o fator que influencia na presença do DS. No entanto, como vimos, a porcentagem das sentenças SV é também grande para o juízo categórico, dado o contexto das entrevistas, como vimos acima.

Por outro lado, têm-se na tabela 2 os pesos relativos de sentenças sem DS quanto ao tipo de juízo. Embora seja maior a porcentagem de sentenças sem DS com juízo categórico, o programa informou que o juízo tético influencia fortemente na formação de sentenças SV. O programa confirma esse resultado ao fazer a seleção sistemática de quatro grupos de variáveis, dentre elas, o juízo tético e o categórico, como os mais relevantes. Abaixo, estão expressos não apenas os pesos relativos como também o *likelihood* e o *significance*.⁵²

Tabela 3 — Juízos tético e categórico em sentenças sem DS

Sentenças sem DS após cruzamento de dados	<i>Likelihood:</i>	<i>Significance:</i>	PR
	-21, 161	0,019	
Juízo tético			0, 95
Juízo categórico			0, 43

⁵² De acordo com Bisol & Brescancini (2002, pp.35-36;39), “o *likelihood* indica o grau de probabilidade de os dados terem sido gerados pelo modelo. Os valores probabilísticos que resultam no valor mais alto do *likelihood* são considerados os mais prováveis de terem sido gerados pelo modelo.” [...] “É possível reconhecer o grupo de fatores que será selecionado apenas pelo valor de significância (SIGNIFICANCE) mais próximo a 0,000.”

Esses resultados remontam à classificação dada por Britto (2000) para as sentenças SV no PB. Não obstante os dados não pudessem, devido à sua natureza essencialmente narrativa, ser considerados como caracterizadores de juízo tético, as poucas sentenças SV que expressaram tal juízo tinham um peso mais forte em relação à aplicação da regra, ou seja, essas sentenças são mais relevantes na expressão do juízo tético que do categórico. Esse é um resultado importante desta pesquisa, que demonstra o peso do juízo categórico na formação de sentenças com DS e do juízo tético na formação de sentenças SV, conforme proposto por Brito (2000), mesmo em uma situação que favorece o juízo categórico.

6.1 Análise Unidimensional — Grupo Mais Favorável

Para uma análise unidimensional, é preciso que o trabalho se concentre nas sentenças com DS, que são poucas, de acordo com a observação dos dados. Em busca de confirmação das hipóteses apresentadas, considerou-se para a *Application Values* a variável “sentença com DS” ao rodar o VARBRUL, e os resultados são apresentados a seguir.

Na primeira rodada, foi feita, então, essa análise unidimensional, e o programa apresentou os resultados em porcentagens para cada variável selecionada.

Em seguida, o programa ofereceu como produto final a análise multidimensional, apresentando os pesos relativos referentes a cada variável, com *threshold*⁵³, *input* e *likelihood* (níveis de significância, probabilidade de aplicação da regra e grau de probabilidade de os dados terem sido gerados pelo modelo, respectivamente). No nível 1, os tokens⁵⁴ foram calculados com relação ao *input*. Ao final desse nível, o programa selecionou sistematicamente o grupo 3, referente à estrutura de representação do sujeito, e esses foram os resultados:

Tabela 4 — Sentenças com DS — com ou sem elemento interveniente

SENTENÇA	PR
Presença de elemento interveniente	0,52
Ausência de elemento interveniente	0,47

Os resultados mostram que é neutra a influência do elemento interveniente para o surgimento do DS. Os valores referentes ao peso relativo estão muito próximos do índice de neutralidade, 0,50. Essa análise se opõe ao trabalho de Braga (1987), que indica a presença de elemento interveniente — oração — como condicionadora do aparecimento do pronome correferencial (86% contra 17% de ausência de elemento interveniente).

Essa diferença sugere uma reordenação dos fatores condicionadores da presença do DS no PB, confirmando a hipótese apresentada neste trabalho.

São exemplos de sentenças com DS e elemento interveniente:

⁵³Em relação ao *threshold*, Bisol & Brescarini (2002, p.34) esclarecem: “Quando reunimos uma amostra aleatória para uma pesquisa de regra variável, cremos ser possível extrair dela tendências significativas com relação ao papel dos diferentes fatores entrecruzados (os contextos) no processo de escolha de uma determinada variante da dependente.”

⁵⁴São chamados assim os dados rodados no Programa VARBRUL.

(1) E **meu pai**, no caso, **ele** trabalhava na parte de sacador, né.

(MMc)

(2) Daí **ele**, depois disso, **ele** só foi pra Bresolin Madeiras. (FFb)

(3) **Ele**, quando **ele** tinha catorze anos... (FUb)

(4) Ah, **ela**, ah, **ela** ficava em casa cuidando da casa dela, que não tinha muita gente assim pra cuidar e ela ficava arrumando as coisas lá.(MFa)

(5) **Ele**, deixa eu fazer comercial, **ele** representa os produtos “Girando o Sol”. (FMc)

Sem elemento interveniente:

(6) Aí **eu eu** me formei, fiz estágio na Perdigão e apareceu uma oportunidade da Perdigão como técnico de frigorífico. (MMb)

(7) De 75 pra cá era, **eu eu** conhecia de passagem, né. (MMc)

(8) **Eu, mais um amigo meu nós**, saímos de lá pra Joaçaba, fazer um curso numa fábrica grande... (MFd)⁵⁵

(9) Daí **ele, ele** é apaixonado por Cascavel. (FFc)

(10) Mas aí **eu, eu** tenho um cunhado meu que conhece bem o Dilvo, ... (MMd)

(11) Então, pra mim, sabe, **eu, eu** não olhava assim, sabe. (MUb)

(12) **Eu, eu** nasci em Palmas. (MFC)

(13) **Eu, eu** era vendedora também. (FFa)

⁵⁵ A pontuação por vírgulas aqui não está respeitando a norma da língua porque a marcação da pausa efetuada é muito importante para a compreensão da análise feita. Neste caso em particular, há vírgula entre os elementos do tópico (eu/mais um amigo meu) e não há entre o segundo elemento do tópico e o sujeito correferenciado (mais um amigo meu/nós).

6.2 Quanto ao Contexto

Uma das hipóteses deste trabalho era que o DS não privilegiasse apenas contextos explicativos (cf. BRAGA & MOLLICA, 2003), mas que fosse freqüente também em contextos narrativos — os mais comuns nas entrevistas feitas. A hipótese se confirmou, pelos números mostrados pelo programa em relação ao *input*.

Tabela 5 —DS e contexto favorecedor

Contexto	PR
Narrativo	0,55
Explicativo	0,53
Opinativo	0,21

Novamente os pesos relativos apontam para uma neutralidade em relação aos fatores condicionadores. Isso significa que o DS tem como favorecedores de sua ocorrência tanto contextos narrativos quanto explicativos. O contexto opinativo fica muito abaixo dos outros pesos relativos, indicando que não é um contexto favorecedor.

Contexto narrativo:

(1) **Eu, mais um amigo meu nós**, saímos de lá pra Joaçaba, fazer um curso numa fábrica grande... (MFd)

(2) **Eu eu** fiz engenharia agrícola.(MUc)

Contexto explicativo:

(3) Imagina: **uma menina nova assim, (vo)cê** morar numa cidade pequena e vai pra uma cidade grande! (FUa)

(4) Então **(vo)cê**, né, **(vo)cê** fica totalmente deslumbrada, meio perdida numa cidade bem maior do que aquilo que a gente era acostumada, né.

(5) De 75 pra cá era, **eu eu** conhecia de passagem, né. (MMc)

Contexto opinativo:

(6) **Essas pessoas**, os italianos, **essas pessoas** são mais fechadas. (MMb)

(7) **Os professores, a maioria** é até mais amigo, às vezes, dos alunos hoje em dia, né.(FMb)

Os exemplos mostrados aqui foram selecionados a partir de uma análise do todo, isto é, as entrevistas foram ouvidas — para que se ouvisse a entrevistadora — para que se distinguisse adequadamente contexto narrativo de explicativo. Considerou-se explicativo sempre que o informante produzia uma sentença para explicar algo que havia contado (narrado).

6.3 DS e Flexão de Pessoa

Ainda em relação à reordenação dos fatores condicionadores, destaca-se mais um grupo de variáveis selecionado sistematicamente pelo programa: o da flexão de pessoa.

Os resultados indicam a 3ª pessoa do plural e a 2ª pessoa do singular (você – indeterminado) como as mais favoráveis ao aparecimento do DS nos resultados em relação ao *input*, ou seja, os pesos relativos referem-se apenas à frequência dos dados, sem cruzamento de variáveis.

A tabela a seguir indica que a 2ª do singular (você – indeterminado) e a 3ª pessoa do plural favorecem a presença do DS. A 3ª e a 1ª do plural (nós) são neutras, e as demais, não favorecem.

Tabela 6 — Pessoas do sujeito

Pessoa	PR em relação ao <i>input</i>
2ª pessoa do singular (você)	0,68
3ª pessoa do plural	0,62
3ª pessoa do singular	0,56
1ª pessoa do plural – nós	0,48
1ª pessoa do singular	0,45
1ª pessoa do plural – a gente	0,21

Esses resultados vão de encontro à teoria de que o DS estaria ligado ao enfraquecimento da concordância, conforme o quadro dos Paradigmas Pronominais e Flexionais em PB, apresentado por Duarte (1995), que informa: 3ª pessoa do singular – ama; 1ª pessoa do plural (a gente) – ama; 3ª pessoa do plural - amam⁵⁶ Isso porque os exemplos de DS em 3ª pessoa do plural que apareceram respeitam as regras de concordância verbal, de acordo com a norma culta.

a) 2ª pessoa do singular (você):

(1) Então **(vo)cê**, né, **(vo)cê** fica totalmente deslumbrada, meio perdida numa cidade bem maior do que aquilo que a gente era acostumada, né.⁵⁷

(2)... **você**, tudo diferente, né, **(vo)cê** nossa! estranha bastante.

(FMb)

⁵⁶ Hoje já se ouve: “Eles ama”, conforme estudos diversos sobre variação lingüística.

⁵⁷ Foi interessante notar que em todas as sentenças com DS representado por pronome de 2ª pessoa, VOCÊ, o sujeito era indeterminado.

b) 3ª pessoa do plural:

(3) ... mas **o pessoal eles** são supersimpáticos, que eu gosto de todos que moram lá. (FMa)

(4) **Essas pessoas**, os italianos, **essas pessoas** são mais fechadas. (MMb)

(5) **Drogas, essas coisas** não eram tão, sabe, tinha aquele tabu... (MUb)

c) 3ª pessoa do singular:

(6) **Os meus avós, nenhum** era brasileiro. (MMb)

(7) Que daí **o Valdir**, o mais velho, daí **ele** fez a faculdade, ô, daqui que ele fez Administração de Empresa, né. (FFd)

(8) **O Scanagatta**, eu acho assim que **ele** trabalhou pela cidade porque ele tem os negócios dele aqui, e continua tendo. (FMc)

(9) Eu sei que **ele, ele** começou a rodoviária, né, mas não terminou bem, né. (FFd)

d) 1ª pessoa do singular:

(10) De 75 pra cá era, **eu eu** conhecia de passagem, né. (MMc)

(11) **Eu, eu** trabalhava no Brasil inteiro, pra falar bem a verdade. (MFb)

(12) ... mas **eu** também, **eu** acompanhei na época em que o Muffato foi prefeito... (MUc)

e) Demais pessoas:

(13) Imagina: **uma menina nova assim, (vo)cê** morar numa cidade pequena e vai pra uma cidade grande! (FUa)

(14) **Nós**, parte assim, em termos de lazer, **nós** não tínhamos mesmo, né.

(15) E **a gente**, pra não voltar, porque é ruim você voltar, né, daí **nós** abrimos a nossa. (FMc)

A sentença (15) apresenta a 1ª pessoa do plural representada por dois pronomes lexicais diferentes. Entende-se isso como uma tentativa de manter-se uma linguagem que, há muito se acredita, seja mais “cuidada”, “bonita”, “correta”, porém pouco natural.

6.4 Tipo de Sentença

Os dados de Duarte (1995) indicam que as orações principais são contexto favorecedor da presença do DS. Os resultados desta pesquisa fornecidos pelo programa para o tipo de oração em relação ao *input* indicam que as coordenadas, ou independentes são neutras em relação ao condicionamento do DS, e as principais, favoráveis à presença da estrutura:

Tabela 7 —DS e tipo de oração

Oração	PR
Principal	0,67
Coordenada	0,50
Relativa	0,35
Adjunta	0,36
Completiva	0,25

Os números, se comparados aos resultados obtidos por Duarte (1995), demonstram uma certa estabilidade, pois a principal continua na frente da coordenada. O grupo de fatores foi eliminado na rodada de *stepping down*, demonstrando não ser um fator relevante para o estudo, o que foi confirmado pelos números, os quais revelaram estabilidade.

a) Orações independentes / coordenadas:

(1) **Os alunos**, durante o recreio, **eles** iam até a calçada e lá ficavam.(MUd)

(2) Mas **eu**, pra caminhar, **eu** era bom. (MFd)

(3) **O meu marido**, **ele** é daqui. (FMa)

(4) Agora **elas**, **elas** de manhã passam, elas passam bem, horário de pique, né, elas passam direto. (FFa)

b) Orações principais:

(5) Então **o meu pai**, quando chegou lá, **ele** conheceu a minha mãe.
(FMc)

(6) **Eu e os meus irmãos mais novos**, né, que eu sou a neném, os dois antes de mim, **nós** fazíamos isso: a gente chupava a laranja...(FUb)

c) Orações relativas:

(7) ... porque **eu**, o que **eu** lembro é assim: a partir dos 7 anos, ...
⁵⁸(FUb)

d) Orações completivas:

(8) ... foi que ele veio pedir pra mim se **eu**, foi quando a dona Teresa saiu, se **eu** não queria...(FFc)

e) Orações adjuntas:

⁵⁸ Essa sentença também pode ser classificada como principal de uma completiva.

(9) Olha, **a família**, te falar bem a verdade, né, porque **a família** não acostumou lá no Mato Grosso... (MFC)

(10) E **eu**, como **eu** tinha feito o 2º grau Magistério e queria continuar aqui, né. (FUd)

6.5 Tipo de Representação do DS

Confirmando estudos de Duarte (1995) e Kato (2003b), o DS ocorre com maior incidência representado por PL + PL

Tabela 8 — Estruturas mais comuns na representação do DS

Estrutura	PR
PL + PL	0,65
SN + PL	0,43
SN + SN	0,12
SN + Q	0,12
(PL+SN)+ PL	0,08

a) PL+PL:

(1) Eu sei que **ele, ele** começou a rodoviária, né, mas não terminou bem, né. (FFd)

(2) E **eu eu** achava, eu achava bacana, eu lembro... (FUb)

(3) Mas **eu**, assim, muita coisa pra reclamar **eu** não tenho... (MUa)

(4) **Ele**, quando **ele** tinha catorze anos... (FUb)

(5) Ah, **ela**, ah, **ela** ficava em casa cuidando da casa dela, que não tinha muita gente assim pra cuidar e ela ficava arrumando as coisas lá.(MFa)

(6) Porque eu já tinha quase dez anos e **eu** não, **eu** não sabia escrever. (FMa)

(7) E **eu eu** achava, eu achava bacana, eu lembro... (FUb)

(8) ...porque **eu**, o que **eu** lembro é assim... (FUb)

(9) **Ele**, deixa eu fazer comercial, **ele** representa os produtos “Girando o Sol”. (FMc)

b) SN+PL:

(10) **É, o Jaci, ele** começou. (MFd)

(11) **Os alunos**, durante o recreio, **eles** iam até a calçada e lá ficavam.(MUd)

(12) ... porque **a Lurdes**, que é assessora mesmo aqui, **ela** está de licença maternidade, né. (MUb)

(13) Então, **essa professora Mercedes**, um dia **ela** veio falar comigo... (MUd)

(14) Não, porque, na verdade, **o SESC, ele** começou com aulas agora... (MUa)

(15) **Minha própria filha, ela** leva meia hora pra chegar aonde ela trabalha, né. (FUd)

c) SN+Q:

(16) **Os meus avós, nenhum** era brasileiro. (MMb)

(17) **Os professores, a maioria** é até mais amigo, às vezes, dos alunos hoje em dia, né. (MMb)

d) (PL+SN)+PL:

(18) **Eu, mais um amigo meu nós**, saímos de lá pra Joaçaba, fazer um curso numa fábrica grande... (MFd)

e) SN+SN:

(19) **Essas pessoas**, os italianos, **essas pessoas** são mais fechadas. (MMb)

Apenas uma das sentenças com SN+PL apresentou, dentro do SN, uma oração relativa⁵⁹ e, como elemento interveniente, um aposto:

(20) ... **as pessoas com quem eu convivo lá**, minhas amigas e a minha família, **eles** levam meia hora... (FUd)

Exemplo semelhante foi apresentado no capítulo 3.5 deste trabalho:

(21) [**Quem vem fazer compras no Serra e Mar**] **ele** não faz compras, ele passa momentos de alegria. (BRITTO, 2000, p.200, exemplo 10, grifo nosso)

Não houve nenhuma ocorrência de DS com essa estrutura, o que talvez se justifique na medida em que o pronome lexical está retomando um referente indefinido, mas genérico, o que é perfeitamente possível, segundo Vasco (1999), segundo foi visto no capítulo 1 deste trabalho. Possível sim, mas não muito comum, de acordo com os resultados.

6.6 Variáveis Sociolingüísticas

As hipóteses deste trabalho fixam-se na neutralidade da variável sociolingüística sexo e uma predominância de ocorrências de estruturas com sujeito

⁵⁹ Essa oração relativa, segundo a Gramática Normativa, exerce a função de adjunto adnominal e é denominada oração subordinada adjetiva restritiva.

duplicado na fala de estudantes do Ensino Fundamental e faixa etária intermediária (26 a 49).

Os PRs mostram que as hipóteses se confirmam parcialmente:

Tabela 9 — Variáveis sociolingüísticas

Sexo	PR	Nível de escolaridade	PR	Faixa etária	PR
M	0,48	F	0,46	15 a 25	0,40
F	0,51	M	0,53	26 a 35	0,56
		U	0,49	36 a 49	0,60
				50 ou +	0,42

A variável sexo indica neutralidade em relação ao *input*, isto é, o DS ocorre na fala de homem tanto quanto na de mulher.

Quanto ao nível de escolaridade, o Ensino Médio, somado ao Universitário indicam neutralidade em relação ao DS. Considera-se, então, que o resultado confirma parcialmente a hipótese, pois o nível Fundamental não aparece como fator favorável ao uso da estrutura, opondo-se ao que fora dito no início do trabalho.

Os exemplos abaixo seguem a legenda das variáveis sociolingüísticas, apresentadas no quarto capítulo, o da Metodologia e transcritas aqui: A primeira letra indica o gênero do informante: M, se masculino; F, feminino. A segunda variável indica o nível de escolaridade, e varia entre: F — fundamental; M — médio e U — universitário. Por último, a variável idade: a — 15 a 25 anos; b — 26 a 35; c — 36 a 50; d — + de 50.

(1) **Eu**, é que o meu sogro lá em São Miguel tinha um chiqueirão, aí **eu** fiquei ajudando ele lá pra montar todo o chiqueirão. (MMd)

(2) É que **eu**, agora **eu** vou falar numa parte que é lazer, né. (FUb)

(3) **Nós**, parte assim, em termos de lazer, **nós** não tínhamos mesmo, né.

(4) E **a gente**, pra não voltar, porque é ruim você voltar, né, daí **nós** abrimos a nossa. (FMc)

(5) Olha, se não me falha a memória, era o Mion, mas **eu** também, **eu** acompanhei na época que o Muffato foi prefeito.(FMb)

(6) Então **(vo)cê**, né, **(vo)cê** fica totalmente deslumbrada, meio perdida numa cidade bem maior... (FUa)

(8) E **eu**, como **eu** tinha feito o 2º grau Magistério e queria continuar aqui, né. (FUd)

(9) E **meu pai**, no caso, **ele** trabalhava na parte de sacador, né. (MMc)

(10) **Ele**, quando ele tinha catorze anos, **ele** comprou um caminhão porque era o sonho de criança dele ter caminhão. (FUb)

(11) ... porque **eu**, o que **eu** lembro é assim: a partir dos sete, dos sete anos, aí eu consigo lembrar... (FUb)

(12) Mas **eu**, pra caminhar, **eu** era bom. (MFd)

(13) **O meu marido**, **ele** é daqui. (FMa)

(14) Então **o meu pai**, quando chegou lá, **ele** conheceu a minha mãe. (FMc)

(15) **Eu e os meus irmãos mais novos**, né, que eu sou a neném, os dois antes de mim, **nós** fazíamos isso: a gente chupava a laranja...(FUb)

6.7 Outras Observações

Houve algumas ocorrências que chamaram a atenção por sua peculiaridade. Em vez de duplicado, o sujeito apareceu triplicado.

(1) **Eu, eu...** quantas vezes que **eu** me escondia pra chorar... (FFd)

(2) Ah, **eu**, era diferente, **eu, eu** me lembro assim que a avenida Carlos Gomes tinha bastante árvores naquela avenida, porque a gente... (FMb)

(3) **Meu pai**, sim, **ele, ele** saiu trabalhar.(MMA)

Na sentença (2), o elemento interveniente, oração intercalada, não se refere ao pronome lexical “eu”, mas à cidade de Cascavel.

Nessas sentenças, percebe-se que entre o tópico e o pronome lexical (1), e entre os pronomes lexicais que retomam o tópico (2 e 3) há uma pausa, marcada aí pela vírgula.

Não se pode, no entanto, dizer que a extensão dos elementos intervenientes tenha provocado essa pausa, já que este trabalho comprovou que a ocorrência de DS sem interveniência é tão comum quanto com elemento interveniente.

A próxima sentença não foi codificada como exemplo de estrutura com DS, porque ficou claro ter havido aí a intenção de corrigir o que fora dito, para incluir outras pessoas, no caso, a família:

(4) ... e daí **eu, eu, a gente** vivia assim na pobreza ... (FMb)

Nesta, também se verificou o intuito de correção — era para falar da família e não só dele —, por isso não foi codificada como DS:

(5) Aí **eu, a gente** se comunicou por telefone.(MFb)

Nas duas sentenças vê-se um elemento correferenciado que não tem exata correspondência semântica com o tópico, isto é, o pronome “a gente” inclui o “eu”, modificando, assim, o sentido inicial da sentença.

6.8 Sentenças Com DS Não Codificadas

Como foram selecionadas apenas vinte sentenças de cada informante, algumas ocorrências de DS não foram codificadas. Considera-se importante citar algumas delas, pois foram, em sua maioria, produzidas no primeiro minuto de conversa, indicando não ser necessário muito tempo de conversa para que se produza o DS. Outro dado interessante é que essas sentenças, como as demais, foram produzidas em contextos explicativos (ver BRAGA, 1987).

(1) Florianópolis, Florianópolis, **eu**, sempre que **eu** vou para aquela região lá, **eu**, que **eu** vou pras praias ou algum lugar... (MUc)

(2) **Eu** até hoje **eu** me emociono quando eu falo nesse assunto.

(3) E **o último**, meu filho Vicente, **ele** tá em Recife, que trabalha na Caixa Econômica. (FFd)

(4) ... mas **eu** lá **eu** tinha o meu pai, ... (FMb)

(5) Eu acho que **a pessoa**, se **ela** quer viver, ela vive até no meio dos bandidos sem acontecer nada. (MFd)

(6) E **o meu pai**, como ele era formado, **ele** era técnico agrícola, na época, terra dava dinheiro, né. (FUb)

6.9 Quanto à Semelhança Com o Português Quatrocentista

Após análise dos tokens e observação cuidadosa dos pressupostos teóricos que sustentam esta pesquisa, entende-se que a comparação feita por Moraes de Castilhos (2001) entre o PB atual e o quatrocentista é não apenas importante, como imprescindível para o estudo da origem do DS:

A língua que se apresenta em textos quatrocentistas mostra uma quantidade enorme de variantes, o que caracteriza uma época em ebulição, em que se documentam muitas tentativas de solução para uma mesma estrutura sintática. A primeira impressão é de que os documentos disponíveis para essa época registram uma língua bem próxima da língua falada. Essas muitas variantes talvez mostrem que estavam em curso alterações profundas na língua. Ao optar por uma variável, é provável que os falantes estivessem determinando o rumo das alterações do PE e do PB nos séculos vindouros. (MORAES DE CASTILHO, 2001, p. 58)

A presença de variantes, as quais revelam mudanças paramétricas em curso, são observadas também hoje, prova disso é a existência de DS em sentenças do PB, principalmente na língua falada, a exemplo do português quatrocentista. As semelhanças entre as sentenças de cá e de lá são muito grandes:

(1) a. Então **o meu pai**, quando chegou lá, **ele** conheceu a minha mãe. (FMc)

b. **Sam Pedro e Santiago e Sam Joam**, depois que Jesu Cristo sobio aos Ceos, pero que os el havia adeantados sobolos outros, nom quiserom **eles** filhar pera si a honra do adeantamento... [VPA1] (MORAES DE CASTILHO, op. cit., p.62, exemplo 12)

(2) a. **Eu e os meus irmãos mais novos**, né, que eu sou a neném, os dois antes de mim, **nós** fazíamos isso: a gente chupava a laranja...(FUb)

b. ...tragem de costume [...] que **qualquer ouidor**, ou desembargador que uee algum feito, que delle aja de fazer relaçon, **elle** deue dizer primeiro o que lhe parece daquelle feito... (MORAES DE CASTILHO, op. cit., p.62, exemplo 13)

Moraes de Castilho aponta para algumas regularidades nas construções quatrocentistas que facilmente observamos nas atuais: (i) Os nomes topicalizados podem ser acompanhados de relativas, mas não copiadoras; (ii) O traço semântico do SN reduplicado é predominantemente [+humano]; (iii) A seleção de itens anafóricos é muito regular: PLs de 3ª pessoa, pronomes demonstrativos e quantificadores. As análises anteriores revelaram que, com exceção dos pronomes demonstrativos, que aparecem acompanhados de SN, PLs de 3ª pessoa e quantificadores aparecem constantemente na estrutura duplicada de sujeito.

Esse estudo, no entanto, como já fora antecipado, não é suficiente para se afirmar que essa seja a origem do DS, ele apenas sugere uma possibilidade. Por isso acredita-se que esse assunto deva ser estudado exhaustivamente.

CONCLUSÃO

Este trabalho pretendeu estudar exhaustivamente a construção conhecida por DS com o objetivo primeiro de caracterizá-la adequadamente e definir seus contextos condicionadores.

Para caracterizar-se adequadamente, apresentaram-se estudos diversos acerca das mudanças lingüísticas ligadas à estrutura em questão. Dentre os diversos teóricos, assumiu-se Kato como a mais coerente em suas afirmações acerca da constituição do DS. Outros pesquisadores e seus estudos contribuíram com afirmações que evocaram diversos questionamentos, que, ao término desta pesquisa, puderam ser respondidos, como: DS é o mesmo que D.E.Suj.? E a resposta é afirmativa, haja vista o DS ser formado por um tópico e um elemento correferencial; diz-se que este é deslocado para a esquerda e representado por um tópico em tal posição.

Kato (2003b) contribui para uma melhor compreensão do que seja o DS na medida em que apresenta um estudo sobre pronomes fortes e fracos; sugere um aprofundamento maior no debate quanto à tipologia do PB, a partir de seu trabalho sobre o tópico no japonês.

Define-se, então, o DS: é uma estrutura duplicada na S, marcada ou não por pausa, com um elemento no início da sentença, o qual tem a função de antecipar o assunto, o tema do comentário e não tem restrições quanto à sua representação (SN+PL, PL+PL...). O DS apresenta um juízo categórico, que, consiste de dois atos separados, um deles sendo o ato de reconhecimento de que está sendo feito o sujeito (tópico); e o outro, o ato da afirmação ou negação que é

expressa pelo predicado sobre esse sujeito (sentença-comentário com elemento correferencial).

Uma das hipóteses deste trabalho era que a estabilidade sugerida por Duarte (2003) se confirmasse apenas em relação ao *input* (frequência de dados)⁶⁰, e que o DS estivesse num processo de reordenação de fatores condicionadores.

Realmente o DS está passando por esse processo de reordenação. Os resultados mostram que o DS ocorre mais na fala de estudantes de Ensino Médio e universitários, contrariando a expectativa dos que afirmam estar ligada à escola a rejeição à estrutura quando se trata de norma culta no PB; as estruturas mais favoráveis são a 2ª pessoa do singular (você - indeterminado) e a 3ª pessoa do plural e ocorre indiferentemente com ou sem elemento interveniente, contrariando estudos de Braga & Mollica (1986).

Quanto ao contexto, verificou-se que os contextos narrativo e explicativo são igualmente condicionadores da presença do DS, a qual foi surpreendentemente baixa nas sentenças. Essa frequência pôde ser avaliada a partir do estudo do contexto e dos tipos de juízos apresentados

Observa-se aqui que os estudos que serviram de base para esta pesquisa, apesar de informarem ser freqüente o DS em sentenças do PB, não indicam o tipo de contexto dos dados analisados. O *corpus* deste trabalho apresenta

⁶⁰ Do ponto de vista implementação estrutural da mudança, duas hipóteses convivem: uma delas pressupõe que a variante inovadora se instala imediatamente em todos os seus possíveis contextos e progride a uma taxa constante, alterando apenas o seu input (cf. Kroch 1989). Uma outra prediz que a forma inovadora vai gradativamente ampliando seus contextos até a sua consecução (cf. Labov 1972b). Evidentemente, essas hipóteses podem não ser excludentes, referindo-se, na verdade, a diferentes tipos de mudança lingüística: mudanças que se processam através do aumento continuado do input, mantendo-se inalterado o efeito dos grupos de fatores, mudanças que se processam através da reordenação dos fatores, sem alteração do input.(cf. Oliveira e Silva s/d). (PAIVA & DUARTE, 2003, p.15)

um contexto de natureza narrativa, o que propiciou a retomada constante de elementos lingüísticos, como sujeitos, por meio de coesão anafórica. O resultado foram sentenças com sujeito expressando juízo categórico, ou seja, aquele que exige natureza pressuposta, de acordo com Britto (2000).

Devido a essa retomada e, portanto, ao tipo de contexto, porém, muitas sentenças SV expressaram esse tipo de juízo, contrariando Britto (*op cit.*), a qual indica o juízo tético como caracterizador desse tipo de sentença.

No entanto, apesar de o número de sentenças SV com juízo categórico ser superior ao número delas com juízo tético, os resultados indicaram a força do juízo tético na aplicação da regra nesse tipo de sentença, o que confirma a teoria de Britto (2000).

Outra conclusão a que se chega ao fim desta pesquisa é que a ocorrência de DS formado por elementos idênticos, PL+PL, é mais comum, estrutura caracterizada por um pronome forte, seguido de um fraco, com traço [+humano], de acordo com Kato (2003b). Quanto à pausa entre os elementos correferenciados, pode existir ou não.

Essa última conclusão poderia ser questionada por alguns, que sugerem uma pausa maior entre os elementos idênticos, indicando hesitação ou correção e, portanto, duvidando da análise. Discorda-se veementemente dessa condição. Sobre correção, diz Fávero (1999, p.144): “Corrigir é produzir um enunciado (enunciado reformulador=ER) que reformula um anterior (enunciado fonte= EF) considerado ‘errado’ aos olhos de um dos interlocutores”.

A respeito de hesitação, ela afirma: “se dá em situações em que se evidencia a existência de ‘problemas’” . (FÁVERO, 1999, p. 151)

Esse não parece ser o caso das sentenças investigadas, que foram ouvidas atentamente para se respeitar, inclusive, a entonação e a pausa, fatores prosódicos supra-segmentais e co-segmentais, respectivamente. (ver URBANO, 1999)

O DS é comum na oralidade. Não obstante ter-se sugerido um estudo mais aprofundado acerca da presença dessa estrutura na escrita quatrocentista, reconhece-se, ao término deste estudo, que, mesmo na oralidade, ainda se pode investigar mais, como a origem do DS. Espera-se que as informações presentes nesta pesquisa contribuam para a compreensão de uma das inúmeras conseqüências de mudanças lingüísticas da língua, bem como incite novos estudos a respeito das sentenças do PB.

REFERÊNCIAS

Atlas Lingüístico do Brasil (ALIB) — **Questionários 2001**. Londrina: Editora UEL, 2001, p.3-4.

BRAGA, Maria Luiza. Esta dupla manifestação de sujeito, ela é condicionada lingüísticamente. SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDO LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (GEL), 34. Campinas, **Anais...** São Paulo: 1987, p. 106-115.

BERLINCK, Rosane A. Brazilian Portuguese VS order: a Diachronic Analysis. In: KATO, Mary A. ; NEGRÃO, Esmeralda V. (Orgs.) **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter**. Frankfurt am Main, Vervuert. p. 195-222. 2000.

BISOL, Leda ; BRESCARINI, Cláudia. **Fonologia e variação**: recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2002.

BRITTO, Helena. Syntactic codification of categorical andthetic judgments in Brazilian Portuguese In: KATO, Mary A. ; NEGRÃO, Esmeralda V. (Orgs) **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter**. Frankfurt am Main, Vervuert. p. 195-222. 2000.

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. A elipse do sujeito pronominal: uma análise variacionista. In: ANTONIO, Juliano D. (Org.) **Estudos Descritivos do Português: níveis de análise**. São Carlos: Claraluz, 2002, p. 41-60.

CALLOU, Dinah et al.. Topicalização e deslocamento à esquerda: sintaxe e prosódia. In: KATO, Mary ; ROBERTS, Ian. (Org.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

CASTILHO, Ataliba T. (Org.) **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 1998. (Primeiras idéias; v. 1).

CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. **O objeto nulo no português do Brasil**: Um estudo sintático-diacrônico. Londrina: Editora UEL, 1997.

_____. Uma proposta para o estudo da sintaxe diacrônica no português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba T. (Org.) **Para a história do português brasileiro** São Paulo: Humanitas, 1998. (Primeiras idéias; v. 1).

CYRINO, Sonia M.L.; DUARTE, Maria Eugênia L.; KATO, Mary A. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary A. ; NEGRÃO, Esmeralda V. (Orgs.) **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter**. Frankfurt am Main, Vervuert. p. 55-74. 2000.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Construções de tópico em português: uma abordagem diacrônica à luz do encaixamento no sistema pronominal. In: TARALLO, Fernando (Org.) **Fotografias Sociolingüísticas**. Campinas: Pontes: Ed. Unicamp, 1989.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **A perda do princípio “Evite Pronome” no Português Brasileiro**. Tese de Doutorado. Unicamp, 1995.

_____. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: KATO, Mary ; ROBERTS, Ian. (Orgs.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

_____. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA, Maria da Conceição ; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (Org.) **Mudança em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística Histórica**. São Paulo: Ática, 1991.

FÁVERO, Leonor Lopes. Processos de formulação do texto falado: a correção e a hesitação nas elocuições formais. In: PRETI, Dino (Org.). **O discurso oral culto**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1999.

FIORIN, José Luiz. (Org.) **Introdução à Lingüística: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002.

FREITAS, Horácio Rolim. Aspectos diacrônicos e sincrônicos da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, **CONFLUÊNCIA: Revista do Instituto de Língua Portuguesa**. n. 20, 2 sem. 2000.

GALVES, Charlotte C. Galves. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: KATO, Mary ; ROBERTS, Ian. (Org.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

GUEDES, Marymarcia ; BERLINCK, Rosane de Andrade (Org.) **E os preços eram commodos...**: anúncios de jornais brasileiros século XIX. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2000.

KATO, Mary A.. Tópico e sujeito: duas categorias na sintaxe? Campinas, **Caderno de Estudos Lingüísticos**. vol. 17. p. 109-131 1989.

_____. Sujeito nulo no Português Europeu e no Português Brasileiro. (No prelo) In: GEL. Taubaté, **Anais...** São Paulo, 2003a.

_____. *Pronomes fortes e fracos na Sintaxe do Português Brasileiro*. M. Campinas: 2003b.

_____. **Questões atuais da aquisição de L1 na perspectiva da Teoria de Princípios e Parâmetros**. Campinas: 2003c.

KINDELL, Gloria Elaine. **Guia de Análise Fonológica**. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1981.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31&p...>>. Acesso em 3 dez. 2003.

LI, C. ; THOMPSON, S. Subject and Topic a new typology of language. In: LI, Charles N. (Ed). **Subject and Topic**. New York: Academic Press. Inc., 1976.

LUCHESEI, Dante Variação, mudança e norma: a questão brasileira In: CARDOSO, Suzana Alice M. (Org.) **Diversidade Lingüística e Ensino**. Salvador: EDUFBa. p. 69-80. 1996.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2000.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: _____; BRAGA, Maria Luiza (Org.) **Introdução à Sociolingüística**: o tratamento da variação. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. Seria quatrocentista o português implantado no Brasil. In: .SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. (Org.) **Para a história do português brasileiro**. (Primeiros estudos, v.2). São Paulo: Humanitas, 2001a.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth Elizabeth Vasconcellos. **Manual de Sintaxe**. 2. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2000.

MUSSALIM Fernanda ; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.) **Introdução à Sociolingüística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

NEGRÃO , Esmeralda V. **O português brasileiro**: uma língua voltada para o discurso. Tese de livre-docência, USP. 1999.

_____. O Português Brasileiro: uma língua voltada para o discurso. **Boletim ABRALIN**. n. 25. UNESP : Araraquara, 2002a, p. 183 - 199.

_____, *et al.* A Competência Lingüística. In: FIORIN, José Luiz. (Org.) **Introdução à Lingüística** _ I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Dercir Pedro de. O preenchimento, a supressão e a ordem do sujeito e do objeto em sentenças do português do Brasil: um estudo quantitativo. In: TARALLO, Fernando (Org.) **Fotografias Sociolingüísticas**. Campinas: Pontes, Ed. Unicamp, 1989.

OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de. Coleta de Dados. In: MOLLICA, Maria Cecília ; BRAGA, Maria Luiza (Org.) **Introdução à Sociolinguística**. o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

PAIVA, Maria da Conceição ; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (Org.) **Mudança em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia Pereira. Motivações funcionais no uso do sujeito pronominal: uma análise em tempo real. In: PAIVA, Maria da Conceição ; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (Org.) **Mudança em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

PONTES, Eunice. **O Tópico no Português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL. Secretaria de Comunicação Social. Cascavel-PR, 2003. Disponível em: <<http://www.cascavel.com.br/cultura/numeros.html>>. Acesso em 3 dez. 2003.

RAMOS, Jânia. Um plano para a sintaxe diacrônica do português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba T. (Org.) **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 1998. (Primeiras idéias. v. 1).

RAPOSO, Eduardo P. **Introdução à Gramática Generativa**. 2. ed. Lisboa: Moraes, 1983.

ROSA, Maria Carlota. O termo Sintaxe. **Estudos Lingüísticos e Literários**. v. 19, p.163-178, 1987.

SIGNUM - **Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem** - n. 4. Londrina: Ed. UEL, 2001.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, Ataliba T. (Org.) **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 1998. (Primeiras idéias. v. 1).

_____. (Org.) **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 2001a. (Primeiros estudos,v.2, tomo 1).

_____. (Org.) **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 2001b. (Primeiros estudos,v.2, tomo 2).

TARALLO, Fernando. (Org.) **Fotografias Sociolinguísticas**. Campinas: Pontes: Ed. Unicamp, 1989.

_____. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: KATO, Mary ; ROBERTS, Ian. (Org.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

_____. **A pesquisa Sociolingüística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil. In: KATO, Mary ; ROBERTS, Ian. (Org.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

_____. Para uma abordagem diacrônica do português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba T. (Org.) **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 1998. (Primeiras idéias. v. 1).

_____. Rastreamento aspectos gramaticais e sociohistóricos do português brasileiro em anúncios de jornais do século XIX. In: ALKMIM, Tania Maria (Org.) **Para o português brasileiro**. São Paulo: Humanitas, / FLP / USP, 2002. (Novos estudos, v. 3).

VASCO, Sérgio Leitão. **Construções de tópico no português**: as falas brasileira e portuguesa. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Construções de tópico no português brasileiro** – fala popular. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno07-05.html>>

URBANO, Hudinilson. A expressividade na língua falada de pessoas cultas. In: PRETI, Dino (Org.). **O discurso oral culto**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999.